



UNIVERSIDADE DE ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

Thais de Miranda Rebouças

**A SEGREGAÇÃO HABITACIONAL EM MARAGOGIPE -
BA SOB A ÓTICA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO
TRABALHO**

Salvador
2006

THAIS DE MIRANDA REBOUÇAS

**A SEGREGAÇÃO HABITACIONAL EM
MARAGOGIPE- BA SOB A ÓTICA DA DIVISÃO
TERRITORIAL DO TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo.

Orientadora: Rosali Braga Fernandes

Salvador
2006

A

Pablo, meu amado companheiro,

*“Porque le diste luz a mis noches, porque me
ensenaste a soñar de día...”* (DONOSO, 2006)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vivaldo e Irismá, pela confiança e apoio incondicional em todos os momentos.

Ao professor Luiz Antônio de Souza, pela imensurável colaboração no início desse projeto e na minha formação profissional.

À minha orientadora Rosali Fernandes, pela dedicação e ritmo impressos nesse trabalho.

Aos colaboradores diretos desse trabalho: Vivaldo Rebouças, Ana Cecília Rebouças Pires, Augusto Cezar Rebouças Pires, Carla Guerreiro e Glória Cecília Figueiredo; IBGE e SEI, pela atenção e disponibilidade das informações.

A Mariana, Glória, Robertha, Ubérico, Marcos Garrido, Felipe, Henrique e Pablo pelo constante estímulo nesse trabalho e nos demais campos da minha vida.

A todos que conviveram comigo quando da elaboração desse trabalho e foram capazes de suportar minhas ausências com a devida compreensão.

RESUMO

A segregação habitacional constitui-se num processo de exclusão onde diferentes grupos de classes sociais distintas são isolados ou resolvem isolar-se dos demais. Esse processo de exclusão cria espaços com características físicas e sociais relativamente homogêneas. E a escolha desses locais dá-se por diversos fatores, entre eles pela divisão territorial do trabalho que, através da desigual distribuição dos recursos no território acaba por eleger os espaços privilegiados e os desprezados, que serão ocupados pelos diferentes estratos sociais. Este processo pode ser observado na cidade de Maragogipe, onde há a ocupação das suas melhores áreas pelas classes de alto poder aquisitivo e pelas piores áreas pelos menos favorecidos.

Palavras-chave: Segregação habitacional; Divisão territorial do trabalho; Espaço; Totalidade; Recursos – elementos do espaço – renda.

RESUMEN

La segregación habitacional se constituye en un proceso de exclusión en el momento en que diferentes grupos de clases sociales distintas son marginados o deciden marginarse de los demás. Esse proceso de exclusión crea espacios con características físicas y sociales relativamente homogéneas. Y el proceso de selección de esos lugares se da por diversos factores, entre ellos la división territorial del trabajo que, a través de la desigual distribución de los recursos en el territorio, acaba por elegir (escoger) los espacios privilegiados y los despreciados, que serán ocupados por las diferentes clases sociales. Este proceso puede ser observado en la ciudad de Maragogipe, donde hay la ocupación de sus mejores áreas por las clases de alto poder adquisitivo y las peores áreas para los menos favorecidos.

Palabras-clave: Segregación habitacional; División territorial del trabajo; Espacio; Totalidad; Recursos – elementos del espacio – renta.

RELAÇÃO DE FIGURAS.

FIGURA 1.1 – Mapa da região econômica do Recôncavo Sul	Pág. 22
FIGURA 1.2 – Mapa do Município de Maragogipe	Pág. 24
FIGURA 1.3 – Gráfico com a distribuição da população por tipo de atividade no município de Maragogipe em % no ano de 2000.	Pág. 38
FIGURA 1.4 – Gráfico de rendimento nominal Mensal no Município de Maragogipe – pessoas com 10 anos ou mais de idade	Pág. 39
FIGURA 2.1 – Unidade da fábrica de charutos Suerdieck na cidade de Maragogipe	Pág. 53
FIGURA 2.2 – Outra unidade da fábrica Suerdieck na cidade de Maragogipe.	Pág. 54
FIGURA 2.3 – Gráfico da distribuição do PIB por tipo de atividade no município de Maragogipe em % no ano de 2002.	Pág. 56
FIGURA 2.5 – Gráfico com a distribuição das firmas e das instituições na cidade de Maragogipe	Pág. 57
FIGURA 2.6 – Divisão territorial do trabalho na cidade de Maragogipe.	Pág. 59
FIGURA 3.1 – Oferta de equipamentos urbanos na cidade de Maragogipe.	Pág. 68
FIGURA 3.2 – Esgotamento sanitário na cidade de Maragogipe	Pág. 72
FIGURA 3.3 – Coleta de lixo na cidade de Maragogipe.	Pág. 74
FIGURA 3.4 – Abastecimento de água na cidade de Maragogipe	Pág. 75
FIGURA 3.5 – Rendimento médio mensal na cidade de	

Maragogipe	Pág. 77
FIGURA 3.6 - Pessoas sem rendimento na cidade de Maragogipe.	Pág. 78
FIGURA 3.7 - Segregação habitacional na cidade de Maragogipe.	Pág. 80
FIGURA 3.8 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 10, na Praça Conselheiro Antônio Rebouças.	Pág. 82
FIGURA 3.9 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 4, na Praça da Promessa.	Pág. 83
FIGURA 3.10 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 5, na Rua São Bartolomeu.	Pág. 83
FIGURA 3.11 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 14, na rua Cel. Antônio Felipe de Melo.	Pág. 84
FIGURA 3.12 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - setor 1, no bairro das Palmeiras.	Pág. 84
FIGURA 3.13 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - setor 2, no bairro do Boréu.	Pág. 85
FIGURA 3.14 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - 8, no bairro da Boiada.	Pág. 85
FIGURA 3.15 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - 13, no bairro do Cruzeiro.	Pág. 86

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1.2 - Área plantada, quantidade produzida e valor das culturas no município de Maragogipe – 2002.	Pág. 26
TABELA 2.1 – Ocupação da população por setor de atividade no Município de Maragogipe– série histórica.	Pág. 52
TABELA 2.2 – Culturas no município de Maragogipe segundo períodos históricos.	Pág. 55
TABELA 3.1 – Percentual de domicílios particulares permanentes no município de Maragogipe com acesso ao saneamento básico em 2000.	Pág. 70
TABELA 3.2 – Acesso ao serviço de saneamento por setor Censitário na cidade de Maragogipe.	Pág. 71
TABELA 3.3 – Rendimento médio mensal e pessoas sem rendimento na cidade de Maragogipe em 2000.	Pág. 76
QUADRO 3.1 – Diferenças entre a área cristalizada e a área de segregação imposta.	Pág. 81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág. 09
1. PARA ENTENDIMENTO DO ESPAÇO	Pág. 19
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TOTALIDADE DO ESPAÇO	Pág. 20
1.2 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE ESPAÇO.....	Pág. 28
1.3 OS ELEMENTOS DO ESPAÇO	Pág. 31
1.3.1 O SISTEMA DE OBJETOS	Pág. 32
1.3.2 O SISTEMA DE AÇÕES.....	Pág. 36
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO	Pág. 40
2. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO	Pág. 41
2.1 A DIVISÃO DO TRABALHO EM GERAL	Pág. 41
2.2 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO.....	Pág. 44
2.3 A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS E DOS EVENTOS	Pág. 49
2.4 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM MARAGOGIPE.....	Pág. 50
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	Pág. 60
3. A SEGREGAÇÃO HABITACIONAL EM MARAGOGIPE.....	Pág. 61
3.1 SEGREGAÇÃO HABITACIONAL – UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO.....	Pág. 51
3.2 A HABITAÇÃO EM MARAGOGIPE.....	Pág. 66
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	Pág. 86
4. CONCLUSÃO.....	Pág. 88
BIBLIOGRAFIA E FONTES UTILIZADAS.....	Pág. 91

INTRODUÇÃO

A segregação pode ser definida como um ato de exclusão. Ela separa o que é diferente e cria grupos relativamente homogêneos que, a princípio, convivem de forma harmoniosa entre si e que se isolam dos demais. O espaço urbano apresenta sua divisão, como que natural, por seus usos e por níveis de renda. Essa divisão obedece a certas regras de hierarquia tanto em relação aos seus usos como também à hierarquia social.

E como isso se concretiza no espaço urbano? Observando, a grosso modo, a concentração das funções na cidade nota-se que: 1) o centro comercial ocupa sempre os locais mais privilegiados, mais centrais e bem servidos pelo transporte, pelo saneamento e pela iluminação pública; 2) o centro de decisões, que historicamente sempre ocupou os melhores locais da cidade e atualmente divide com os centros comerciais e de serviços as porções melhor servidas e localizadas do espaço; 3) os centros industriais que, apesar de geralmente estarem longe das regiões centrais – e isso se dá por questões ambientais e de salubridade e por perda de importância para os outros usos, mesmo que este ainda se constitua como uma das bases do sistema capitalista – estão sempre muito bem servidas por todos os serviços já citados, essenciais à sua existência; e, por fim; 4) a habitação, que é bastante estratificada e está em posição diferenciada em relação às demais

categorias, já que sua localização varia sempre de acordo com a localização dos demais usos. Esta é a modalidade de uso do solo sobre o qual vamos nos deter mais demoradamente na presente análise.

Todos os usos anteriormente citados apresentam divisões hierárquicas entre si e isso também define as porções do espaço que cada uma irá ocupar. Com a habitação ocorre exatamente o mesmo, só que nesse caso a variação se dá em relação à renda, ou seja, a escolha (ou não) da localização de um indivíduo irá variar de acordo com a sua capacidade de pagamento. Aquele que detiver mais recursos será capaz de escolher o (melhor) lugar para sua residência. E aos que não possuem esse poder, restarão as porções de espaço menos cobiçadas (e menos valorizadas por conseguinte).

No entanto, outros fatores podem interferir nessa dinâmica, na medida em que essa distribuição de renda não se dá aleatoriamente. A distribuição de renda de uma cidade têm sua dinâmica interna, mas na verdade, essa dinâmica é fortemente influenciada por fatores externos, sejam eles a concentração de recursos em uma determinada região do país ou a própria divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, como Santos já advertia, a divisão territorial do trabalho, ou seja, a desigual distribuição de recursos em uma determinada localidade, pode ser capaz de interferir na realidade do uso do solo de uma cidade, por menor que ela se apresente (SANTOS, 2004).

Por isso o presente trabalho pretende analisar a relação existente entre a segregação habitacional e a divisão territorial do trabalho, considerando-se a possibilidade de essa divisão ter influência direta na conformação do uso do

solo urbano. Para melhor se entender a proposta acima descrita, cabe, nesse momento, uma rápida explicação do que seria essa divisão territorial do trabalho, deixando uma análise mais apurada para o momento mais apropriado, especificamente o Capítulo 2.

A divisão do trabalho atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Esse lugar pode ser o mundo, e daí se tem a divisão internacional do trabalho que se concretiza na divisão territorial do trabalho; o mesmo ocorre em diferentes escalas: divisão nacional, regional ou local do trabalho e do território (SANTOS, 2004).

Considerando a divisão do trabalho como sendo a “portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos que as tornam possíveis” (SANTOS, 2004, p. 133), não parece nada surpreendente concluir que esta divisão tenha conseqüências diretas na configuração espacial de uma determinada localidade.

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos (SANTOS, 2004). E esses conflitos manifestam-se também no meio físico, através da disputa por espaços “privilegiados”, que recebem essa alcunha de acordo com a localização dos recursos disponíveis no momento. A forma como os recursos disponíveis se distribuem em uma determinada região, ou localidade, será fator de forte influência em sua configuração física e espacial, criando as áreas segregadas, onde estarão instaladas as distintas classes de renda.

No entanto, há uma lacuna no saber existente na relação entre essas duas variáveis. Santos admite o poder transformador da divisão territorial do trabalho no espaço, mas não se aprofunda na questão. É lógico que alterações na configuração espacial envolvem alterações nos usos do solo, mas em que medida? Este trabalho justifica-se, principalmente, pelo preenchimento dessa lacuna. Partindo-se desse pressuposto, conclui-se que as formas de habitar de um lugar, incluindo-se aí a sua localização e sua distribuição conforme seus níveis de renda podem, tal como todo o resto, ser diretamente influenciadas pela divisão territorial do trabalho, que ocorre em determinadas temporalidades.

A segregação habitacional tornou-se um tema muito discutido no meio acadêmico e diversas são as formas encontradas para a explicação desse fato social¹. Muitas delas, no entanto, insistem em considerar a habitação, ou melhor, o problema da segregação habitacional como uma simples injustiça do sistema e tentam alternativas circunstanciais (superficiais) para a questão, sem, entretanto discutir as verdadeiras razões para a existência do fato.

Perceber em que medida a segregação habitacional pode, também, ser fomentada pela divisão territorial o trabalho em uma localidade é fundamental na medida em que, com o domínio dessa relação, direta ou não, poder-se-á alterar as formas de se tratar o problema, interferindo na sua verdadeira causa. Sabe-se que inferir sobre os princípios da economia

¹ Santos, citando Durkheim define fato social como “todo meio de ação que aparece como geral em relação a uma sociedade determinada e que, ao mesmo tempo, existe por si mesmo independentemente das formas individuais de sua manifestação” (SANTOS, 2004, p. 74)

capitalista, como a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho (extração da mais-valia), é uma tarefa por demais trabalhosa, e que muitas vezes não alcança o resultado desejado, porém, um conhecimento mais profundo do assunto, pode propiciar novos e relevantes elementos para um tratamento da questão de forma mais efetiva – uma distribuição mais eqüitativa dos recursos dentro do território nacional pode ser uma dessas alternativas.

O método científico utilizado neste trabalho é o hipotético-dedutivo segundo Bunge (LAKATOS, 2005), que se baseia 1) no encontro de lacunas do saber existente que, nesse caso, é a possível relação entre a divisão territorial do trabalho e a segregação habitacional, 2) passando à criação de suposições plausíveis relacionando as variáveis estudadas, ou seja, se a divisão territorial do trabalho tem realmente o poder de influenciar de forma direta a segregação habitacional; 3) a utilização de suportes empíricos para verificação da base teórica; 4) análise e interpretação dos dados empíricos e 5) conclusões.

As técnicas de pesquisa utilizadas são: 1) a pesquisa documental nas seguintes fontes: informações sobre a produção econômica da cidade na Prefeitura Municipal de Maragogipe e fontes estatísticas, em consultas no IBGE e na SEI, além de pesquisas bibliográficas na forma de: a) material cartográfico, com levantamento cartográfico produzido pela OESTE (Organização, Estradas, Topografia e Engenharia Ltda.), empresa prestadora de serviços da Prefeitura de Maragogipe e um mapa do IBGE com a divisão por setores censitários da cidade de Maragogipe; e b) publicações diversas,

expressas nas referências desse trabalho e 2) observação sistemática não participante da realidade para verificação dos aspectos da divisão territorial do trabalho e da segregação habitacional.

Para ilustrar essa relação, foi escolhida Maragogipe, cidade de pequeno porte do Recôncavo Sul da Bahia que, como a maioria, apresenta problemas no âmbito habitacional. Esses problemas não aparentam ser de natureza quantitativa, se for levado em conta que a média de pessoas residentes por domicílio está em torno de quatro moradores, algo totalmente aceitável para os dias atuais, e que a taxa de urbanização alcança apenas o índice de 52,2% - índice relativamente baixo, se considerarmos que na Bahia este índice, no mesmo período, no ano de 2000, chegava a 67,1% e no Brasil alcançava os 81,2%².

No entanto, apesar de não apresentar problemas de ordem quantitativa, o quadro da habitação em Maragogipe possui desigualdades inerentes à contradição de classes existentes no capitalismo. Isto faz com que as classes apresentem-se segregadas no espaço: as classes altas em áreas valorizadas e as classes baixas em áreas menos valorizadas. Qual seria, então, o papel da divisão territorial do trabalho na segregação habitacional na sede do município de Maragogipe?

O presente trabalho procura avaliar a relação direta existente entre essa divisão do trabalho, a territorial, com a configuração habitacional de uma determinada localidade. A escolha pelo estudo centrado na sede do

² IBGE, Censo 2000

município justifica-se no fato de ser lá o local de concentração de atividades e onde se encontra a maior parte da população urbana – 89,12% do total³.

A segregação habitacional é um problema característico muito evidente nas cidades dos países subdesenvolvidos e mais acentuado nos grandes centros, mas este é um problema que independe da escala em que se encontra a localidade. Mesmo nas cidades de pequeno porte, onde os problemas deveriam se apresentar em igual proporção, muitas vezes estes são acentuados em função da desigual distribuição de recursos. A divisão territorial do trabalho, resultado do processo de divisão internacional do trabalho se apresenta como elemento explicador dessa desigual distribuição de recursos no território.

Muitas têm sido as formas de interpretação desse problema, mas grande parte torna-se inconsistente por desconsiderar as contradições do sistema econômico vigente e a importância de se entender a habitação como um meio de reprodução da força de trabalho e como uma forma de uso e ocupação do solo.

A análise da divisão do trabalho e de suas supostas implicações com o quadro habitacional se apresentam como uma tentativa de explicar o por que de um município como Maragogipe, com uma população de 40.314 habitantes, com apenas 52,2%, da população vivendo na área urbana e aparentemente sem déficit habitacional, apresentar problemas de segregação habitacional.

³ IBGE, Censo 2000

Para a realização deste trabalho, serão utilizados os conceitos do materialismo histórico, que demonstram que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. Também serão considerados os conflitos de classe e seus conseqüentes reflexos na disputa pelo domínio do uso do solo, também geradores dessa chamada segregação.

Para uma melhor visualização desses processos, serão feitos recortes na história, estabelecendo períodos a serem estudados. Esses períodos serão determinados de acordo com as redefinições da divisão do trabalho no interior do Município, fato que pode ocorrer tanto por fatores endógenos como exógenos. Como parâmetros para esses recortes no tempo, deverão ser estudadas as diferentes técnicas existentes (dominantes) em cada período histórico e seu recorte se dará em função da introdução de novas técnicas.

De acordo com os parâmetros acima citados, foram identificados pelo menos dois eventos que estariam associados à introdução de novas técnicas no cenário produtivo e econômico de Maragogipe, e são eles: 1) a chegada da fábrica de charutos Suerdieck, no ano de 1905, que caracteriza o momento em que o município passa a ser parte integrante do processo de industrialização da região e 2) a ida da Petrobrás para o distrito de São Roque no município de Maragogipe em 1978. Para análise desses períodos, serão utilizados dados dos censos do IBGE imediatamente posteriores aos períodos estudados. Em caso de ausência desses dados por parte do referido

instituto de pesquisa, serão levantadas informações na SEI e na própria Prefeitura Municipal de Maragogipe.

Destacados os períodos na história em que as novas técnicas foram introduzidas e, juntamente com elas, novos sistemas de objetos e novos sistemas de ações, analisar-se-á as alterações ocorridas no uso do solo da sede do município em decorrência da necessidade de mudanças no espaço para acompanhá-las. Essas novas técnicas introduzidas no cenário produtivo de Maragogipe foram, certamente, as responsáveis pela reconfiguração da divisão territorial do trabalho, que alterou a forma e também a função do seu espaço e, conseqüentemente, dos seus sistemas de objetos e dos seus sistemas de ações.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos que deverão, simultaneamente, fazer uma relação entre a teoria estudada de diversos autores e a base empírica proposta, que é o estudo da segregação habitacional em Maragogipe, sob a ótica da divisão territorial do trabalho. No primeiro capítulo, será feita uma análise do espaço, contextualizando a realidade espacial de Maragogipe, tendo em vista a importância do conhecimento do que Santos chama de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2004) para a compreensão da realidade local. Este estudo prévio para conhecimento do espaço será importante para se tomar conhecimento da dinâmica local e mais tarde ser possível discutir a divisão territorial do trabalho em Maragogipe e suas implicações na segregação habitacional. Para tanto, será realizado um levantamento a respeito da base econômica da sua sede e dos

chamados elementos do espaço: os indivíduos, as firmas, as instituições, as infra-estruturas e o meio ecológico, destacando as condições de renda da sua população e os elementos construídos da paisagem que integram esses sistemas.

Mais adiante, no capítulo de número dois, ao tratar da divisão territorial do trabalho em Maragogipe, será elaborado, segundo princípios do próprio Santos, um quadro com os principais eventos e com a introdução de novas técnicas de produção responsáveis pela redistribuição dos recursos dentro do município e a conseqüente reconfiguração do espaço urbano. Para tanto, serão analisados, de modo integrado, os recursos sob a forma dos indivíduos, das firmas e das instituições, destacando a importância de cada um na sua distribuição no espaço da cidade de Maragogipe.

Em seguida, haverá um capítulo exclusivamente dedicado à compreensão da segregação habitacional, bem como da sua manifestação no espaço urbano da sede do município de Maragogipe, podendo ser visualizado o uso do solo e sua relação com a distribuição dos recursos disponíveis no espaço.

Por fim, está o capítulo final, destinado à conclusão, no qual serão elucidadas as questões colocadas no desenvolver do trabalho, no que diz respeito à questão central aqui defendida, sobre o papel fomentador ou não do processo da divisão do trabalho no processo da segregação habitacional.

1. PARA ENTENDIMENTO DO ESPAÇO

A análise do espaço em Maragogipe justifica-se pela necessidade de entendimento da dinâmica do município, em especial da sede urbana, bem como dos elementos constituintes desse espaço, sejam eles os sistemas de objetos, que constituem a parte física da cidade, e o sistema de ações, que envolve exatamente a ação humana sobre esse ambiente físico, conceitos a serem melhor explicados mais adiante. Esta análise do espaço em Maragogipe exige um conhecimento prévio e bem definido de determinados conceitos que o compõem. Para tanto, haverá, no princípio deste trabalho, uma preocupação em definir de forma clara todos os conceitos a serem aplicados na realidade maragogipana. Num primeiro momento, visualizar-se-á uma tentativa de definição do que é espaço e de todos seus elementos – os sistemas de objetos e de ações, as técnicas e a importância da compreensão da totalidade. Paralelo a esse esforço de conceituação, haverá um outro esforço: o de relacionar a realidade de Maragogipe a todos esses conceitos.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TOTALIDADE DO ESPAÇO

Ao tentar entender a realidade de um determinado lugar, é necessário atentar para o risco de encará-lo como uma realidade em si mesma. O lugar nada mais é do que uma especificidade da totalidade. É uma parte dessa realidade global, que, juntamente com as demais, confere sentido ao todo. Mas não é só isso. O lugar também não se explica sem a noção da totalidade; é esta que confere ao lugar o seu real significado. Sobre o assunto, Santos destaca: “Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2004, p. 115).

Não seria possível, segundo esse raciocínio, querer interpretar uma dada realidade sem levar em conta os acontecimentos do seu entorno imediato, de sua região, do seu respectivo país ou mesmo do mundo. Este esforço fatalmente resultaria em superficialidade. É no mínimo ingênuo pensar que uma cidade se encontra isolada ou parada no tempo, pois seu papel, ainda que pouco notório, está definido dentro da totalidade.

Por outro lado, a totalidade do espaço em si não passa de um dado abstrato, já que sua escala global não permite visualizar suas particularidades. Mas passa a se manifestar de modo concreto, no momento em que alcança a análise particular, do lugar, onde é possível vislumbrar toda a realidade. E é

dessa forma que será analisada a realidade de Maragogipe. Serão destacados elementos importantes da produção econômica do município, bem como sua importância no cenário regional e seus reflexos na sede urbana. Com isso, pretendemos tornar a realidade do *locus* de estudo mais palpável e coerente para compreensão geral.

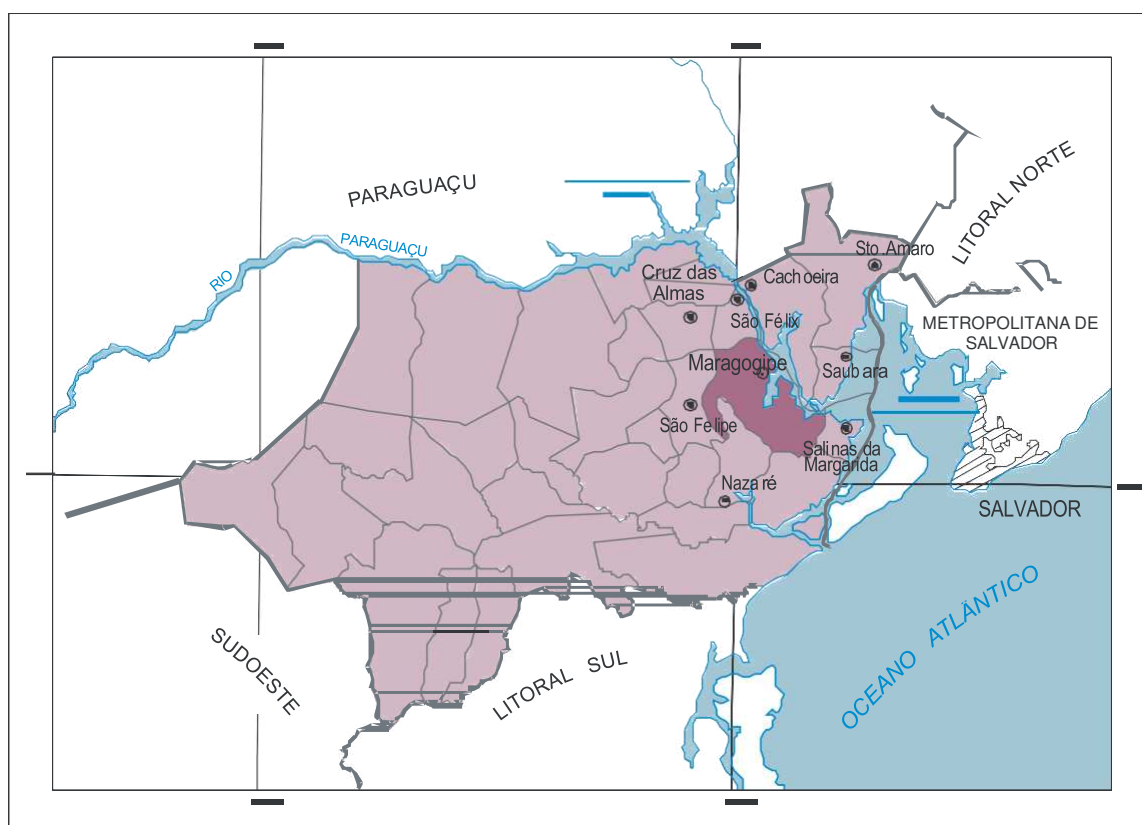
Diante da exposta noção de totalidade, cabe ainda ressaltar sua importante relação com o espaço, este aparecendo como uma condição realizadora dos eventos. As formas pré-existentes de um lugar, as rugosidades, são uma condição para a concretização da totalidade, isso levando-se em conta a capacidade de interação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações de uma localidade. Porém, a totalidade também tem sua influência determinante em relação ao uso do espaço. É o acontecer total que vai dar/modificar a função, ou seja, o conteúdo dos objetos presentes no espaço, bem como vai determinar os eventos do local.

Sobre esse aspecto, para uma melhor compreensão do espaço da cidade de Maragogipe, é necessário primeiramente situá-la em seu entorno, e relacioná-la com a totalidade do seu município, e aí se incluem aspectos de sua produção econômica, mas antes disso, situemos Maragogipe geográfica e demograficamente. Maragogipe é um município que se encontra na região econômica do Recôncavo Sul do Estado da Bahia⁴ e faz limites territoriais com os municípios de Cachoeira, Jaguaripe, Nazaré, Salinas das Margaridas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix e Saubara, tal como pôde

⁴ Divisão econômica realizada pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia no ano de 2003.

ser observado na FIGURA 1.1.

FIGURA I.1 – Mapa da região econômica do Recôncavo Sul, no Estado da Bahia.



Fonte: SEI. Informações Geoambientais – mapas. <www.sei.ba.gov.br> Consultado em 20/10/2005.

Sua população, com base no censo do IBGE, de 2000, era de 40.314 habitantes⁵, estando estes distribuídos em 52,2% em domicílios urbanos e 47,8% em domicílios rurais. Este é um índice considerado baixo, levando-se em conta que no Brasil, no mesmo período, o índice de pessoas em

⁵ A projeção do censo de 2000 do IBGE para o ano de 2005 é de 41.456 habitantes.

domicílios urbanos chegava a aproximadamente 81% e, mesmo a Bahia apresentava um índice de aproximadamente 67% da população residindo em imóveis na área urbana. Porém, ao considerar seus vizinhos, os municípios com o quais faz divisa, observa-se que quatro deles, num total de nove, também apresentam índices de urbanização abaixo dos 60%.

Este é um índice sem dúvida curioso e peculiar do município (e do seu entorno) e que talvez possa ser explicado pelas características da sua estrutura fundiária que apresenta um baixo índice de concentração de terra, o que permite que mais pessoas estejam fixadas às áreas rurais. A SEI, em sua Classificação dos Municípios baianos, revela que dos seus 1.668 imóveis rurais, 91,2% são pequenas propriedades, com uma média de 7,6 ha cada um⁶. A seguir, mapa do município de Maragogipe e a distribuição dos seus distritos urbanos (ver FIGURA 1.2).

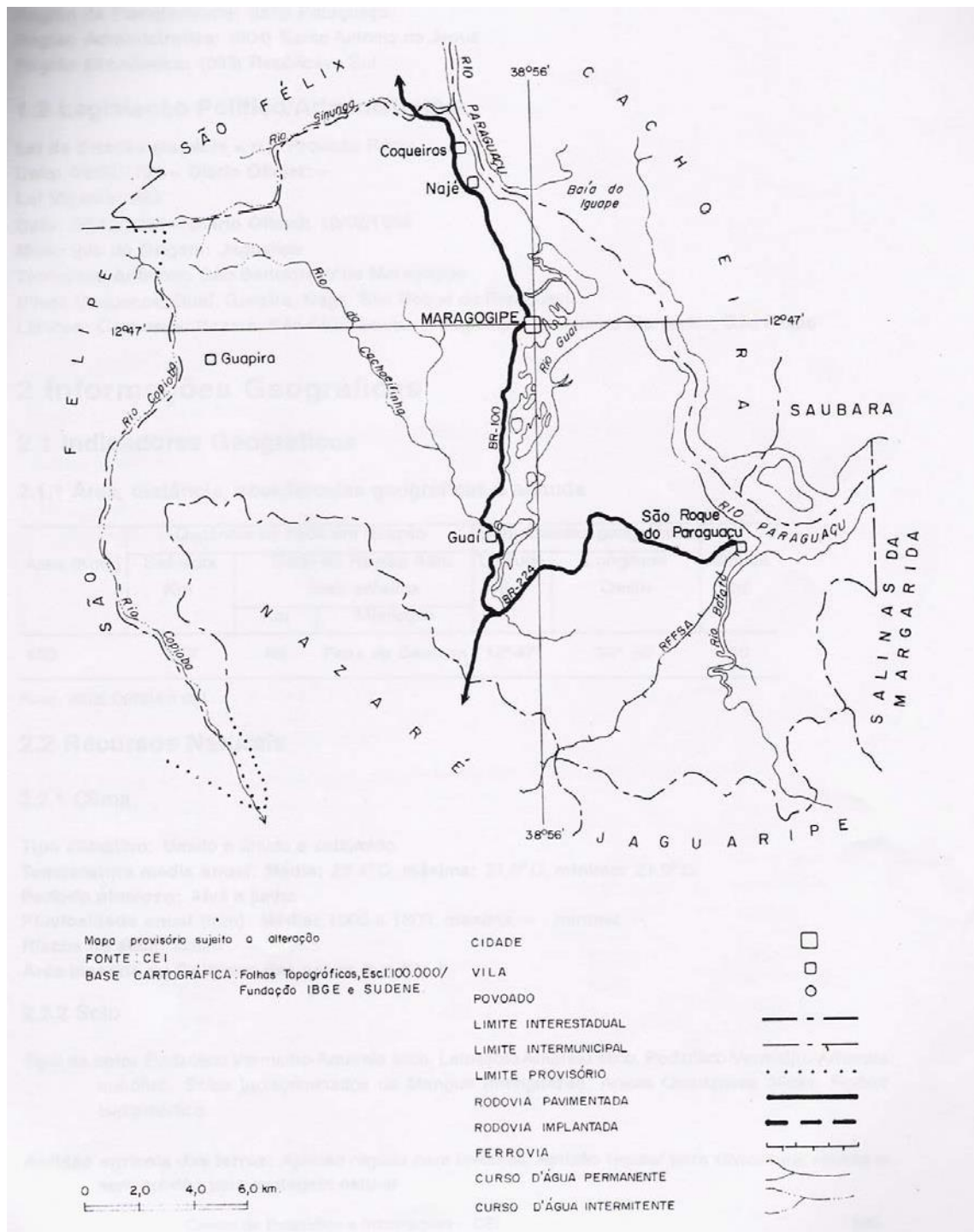
A base da produção econômica do município, segundo dados do IBGE em 2002, gira em torno do setor de serviços, sendo este responsável por 55,7% do PIB. Em segundo lugar no *ranking* do PIB está a agricultura, com 37,6%. O setor secundário não ultrapassa os 7,7%. Segundo informações do IBGE, baseado no resultado da amostra do censo de 2000, 40,5% da população ocupada do município está no setor terciário, 42,2% na agropecuária e somente 13,8% se ocupam no setor secundário.

A maioria significativa dos empregos do setor terciário está representada pelo comércio, e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e

⁶ Fonte: SEI. Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados v.1 1996 – Salvador: SEI, 1998.

domésticos, somando 75% do total dos serviços. Isto pode ser claramente observado nas ruas de maior movimento da cidade onde se pode perceber

FIGURA 1.2 – Mapa do Município de Maragogipe



Fonte: SEI. Classificação dos Municípios Baianos. Salvador: SEI, 1996.

um comércio proeminente, que abarca os mais variados produtos, com destaque para o comércio de alimentos, móveis e objetos pessoais. Contudo, o fato de ser Maragogipe um município predominantemente comercial não o torna um pólo atrativo da região. Seu efetivo do setor atente somente aos residentes do próprio município, sendo que, em alguns casos, como é o exemplo do distrito de Guapira, a oeste do município, os moradores se dirigem para Cruz das Almas e São Felipe (ver FIGURA 1.2), devido à maior proximidade destes e sua maior oferta de serviços.

Já a produção agrícola, embora ocupe o segundo posto da lista, merece algumas considerações, por se tratar da principal fonte de renda dos moradores do campo, quase a metade dos habitantes do município. Vale ressaltar, como anteriormente citado neste mesmo capítulo, que não há concentração de terras no meio urbano, fato comprovado por dados da SEI, que aponta que 91,2% dos imóveis rurais do município são de pequeno porte. Isto significa que o município não se destaca no Estado ou no país com qualquer cultivo específico, já que a produção está desconcentrada e não existe uma unidade de cultivo e, ainda, não há investimentos, por falta de recursos ou mesmo de informação.

Ainda assim, existem alguns produtos que se destacam, dentro do município, por sua maior produção. Boa parte desses produtos é consumida no próprio município e o pouco excedente é levado para mercados próximos, na própria Região do Recôncavo ou na Região Metropolitana de Salvador. Como destaque desse setor temos em primeiro lugar a mandioca, que, em 2002, conferiu ao município uma renda de 9,9 milhões de Reais (SEI, 2004),

com uma produção de 33 mil toneladas, o que, todavia, não alcança sequer 1% do total produzido no Estado. Outros destaques ficam por conta da produção de batata-doce, banana, laranja, coco-da-baía, amendoim e piaçava, tal como pode ser observado a seguir (ver TABELA 1.2).

TABELA 1.2
Área plantada, quantidade produzida e valor das culturas no município de Maragogipe – 2002

Cultura	Área plantada (ha)	Quantidade produzida	Valor (Mil Reais)
Mandioca	2.200	33.000 t	9.900
Batata-doce	600	6.000 t	2.880
Banana	220	2.200 t	1.540
Laranja	250	3.750 t	600
Coco-da-baía	250	1.250 (mil frutos)	438
Amendoim	800	960 t	384
Piaçava		242 t	274

Fonte: SEI - Estatística dos Municípios Baianos, 2004.

Atualmente, podemos considerar Maragogipe à margem dos modernos processos recentes de produção, caracterizados pela incorporação, à técnica, dos benefícios da ciência e das vantagens da informação entendida como condição necessária à ação realizada sobre as coisas. Isso é o que Santos chama de *meio técnico-científico-informacional*, que:

“Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir seu substrato.” (SANTOS, 2004).

A marginalidade em relação a esse processo se dá porque as técnicas de produção de Maragogipe não acompanharam os avanços da ciência (como é o caso das casas de farinha que continuam utilizando instrumentos arcaicos e técnicas pouco produtivas), amplamente facilitados pela informação. O problema aqui é que o desenvolvimento econômico não foi capaz de acompanhar o desenvolvimento das técnicas no âmbito global e isto pode ser atribuído, entre outras coisas, ao processo de divisão territorial do trabalho no país que direcionou os investimentos para outras regiões.

No entanto, apesar da aparente inclusão do município com a volta da Petrobrás com uma unidade de reparo e fabricação de plataformas de extração de petróleo no ano de 2005, até o presente momento, não houve uma assimilação desse meio (o técnico-científico-informacional) aos demais setores do município. Todavia, este é um processo, que demanda tempo para incorporar mudanças. Isso implica que, a verificação da futura inclusão do município como um todo no meio técnico-científico-informacional, por conta desse evento, somente será possível com a sucessão de demais eventos futuros.

Diante do acima exposto, passemos finalmente à análise do espaço da cidade de Maragogipe, análise esta que se concentrará na sua sede, já que este é o *locus* de estudo do presente trabalho. Esta etapa será importante para uma posterior compreensão das duas principais categorias de análise aqui propostas – a divisão territorial do trabalho e a segregação habitacional.

1.2 A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE ESPAÇO

Para o Urbanista, o entendimento do espaço é pré-requisito para a realização de qualquer estudo relativo ao urbano, tendo em vista que é no espaço que este se manifesta. Para Santos, o espaço deve ser entendido como “um sistema indissociável, solidário e também contraditório de *sistemas de objetos e sistemas de ações*, não considerados isoladamente, mas com o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63). Segundo o mesmo, o espaço só pode ser compreendido através do estudo das relações sociais em associação com seus objetos (SANTOS, 2004).

Com isso, Santos pretende dizer que o espaço é muito mais do que simplesmente um conjunto de objetos inanimados ou, como muitos ainda insistem em confundir, uma simples paisagem. O espaço pressupõe as relações sociais no presente. Sua relação com a sociedade é dinâmica e interativa e se encontra em constante transformação, ainda que a forma de seus objetos permaneça imutável por um determinado período de tempo, o seu uso irá diferir de acordo com eventos/ações ocorridas.

Nesse momento, faz-se necessária a introdução de alguns parêntesis, para evitar confusões entre conceitos importantes bastante utilizados no trabalho. Nesse sentido, serão dedicadas algumas linhas para delimitação de cada conceito utilizado. Estes conceitos são os de *espaço*, *configuração territorial* e *paisagem*, que o senso comum tende a considerar como sinônimos, mas que na verdade guardam, cada qual, a sua especificidade. Tal confusão se dá pelo fato de todos eles possuírem uma relação muito próxima e uma

similaridade muito grande entre si, daí porque a necessidade de se ater um pouco a eles.

Espaço e paisagem, por exemplo, não são sinônimos. Como já definido há pouco, o espaço pressupõe a presença das relações sociais. Para que o espaço seja entendido como tal, é necessária a simultânea compreensão das relações entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos. A existência do espaço necessita da interferência humana no presente, no agora (SANTOS, 2004).

Já os conceitos de configuração territorial e de paisagem assemelham-se mais entre si e diferenciam-se do conceito de espaço no sentido de que neste último as relações sociais se dão no presente e encontram-se em constante dinâmica e nos demais o que se vê é a manifestação das relações sociais do passado. Seu tempo também é o presente, mas o presente sendo entendido como a soma dos eventos passados.

A configuração territorial é formada pelo meio ambiente modificado pelo homem no decorrer da história e “a paisagem é apenas a porção da configuração espacial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2000, p. 103). Então, pode-se concluir que, a distinção entre esses dois conceitos é meramente sensorial, podendo ser entendida a configuração territorial como mais abrangente em relação à paisagem, que se limita ao que a visão pode abarcar.

Dadas as considerações sobre os conceitos acima citados, voltemos – agora com certa tranqüilidade quanto à possibilidade de uma prejudicial sobreposição de conceitos – à definição de espaço, muito mais complexa e dinâmica que as demais e, por isso mesmo, mais aprofundada .

No espaço, sistemas de objetos e sistemas de ações interagem não sendo possível a existência de um sem a do outro. Os objetos, apesar de sua objetividade cada vez mais aperfeiçoada pelo incremento tecnológico, não são os reais possuidores de função, que só é dada pela ação humana. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2004, p. 63).

Objetos são tudo que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo o resultado da ação humana que se objetivou. A *ação* é própria do homem. Só o homem tem ação porque só ele tem objetivo, finalidade (SANTOS, 2004). Os objetos podem perfeitamente condicionar a ação, considerando o alto grau de especialidade existente em cada um. A ação, no entanto, é que justifica a existência dos objetos e sem ela o objeto não passaria de mais um item da paisagem artificial. Entender essa relação interdependente entre objetos e ações é de fundamental importância para a compreensão do conceito de espaço.

1.3 OS ELEMENTOS DO ESPAÇO

Alguns elementos compõem esses sistemas de objetos e de ações. Para efeito de análise, Santos enumera alguns elementos que ele considera fundamentais na compreensão do espaço. E eles são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Os homens, nesse processo, entram com o trabalho, como elementos de construção e transformação do meio; as firmas são as responsáveis pela produção e comercialização de bens, serviços e idéias; as instituições são as produtoras das normas, ordens e instituições; o meio ecológico se constitui como a base física e material para consolidação do trabalho humano e as infra-estruturas são o trabalho humano concretizado (SANTOS, 1997).

Em seu livro *Espaço e Método*, Santos ressalta a necessidade do esforço de compreensão de cada um desses elementos do espaço em relação aos demais (SANTOS, 1997). Isso quer dizer que, a depender do contexto e do ângulo de visão, cada elemento irá interagir com os demais, assumindo significados diversos. Exemplo: as firmas e as instituições tanto podem ser consideradas partes integrantes do sistema de ações, já que são responsáveis por empregar trabalho humano, além de possuir papel definidor do espaço por conta do seu poder de decisão, como também podem ser tratadas como itens do sistema de objetos, já que suas unidades (elementos construídos da paisagem) se caracterizam também como meio ecológico. Podemos ainda considerar as firmas e as instituições como infra-estrutura, já que esta

também é ação humana materializada no espaço; com isso podemos também deduzir que as infra-estruturas são partes integrantes do meio ecológico, por ser também essa a base onde a ação humana irá se concretizar.

Esse critério de análise talvez não seja o mais simples para decifrar o espaço, porém seu nível de complexidade permite uma análise mais completa a cerca da sua realidade que se dá de forma também complexa, deixando a simplicidade apenas para os olhos de quem assim a deseja enxergar.

1.3.1 O SISTEMA DE OBJETOS

Esses elementos serão classificados segundo os critérios já definidos anteriormente, tomando-se por base o entendimento da dinâmica espacial sugerido por Santos quanto à interação dos chamados sistemas de ações e sistemas de objetos como os responsáveis pela produção do espaço no meio urbano. Nesse sentido, os elementos componentes do sistema de objetos poderiam ser o meio ecológico, com suas características naturais⁷, e as infra-estruturas. O primeiro, por se tratar da base onde toda a ação humana irá se realizar e o segundo, por ser considerado como toda a ação humana materializada no espaço. Então, todo o meio físico, ou o ambiente

⁷ Natural não no sentido da natureza natural, ou selvagem, aquela intocada pelo homem, já que esta não mais existe. Mesmo aquela natureza que parece natural, na verdade, está servindo ao propósito da produção material, ainda que esteja sendo considerada apenas como um recurso. A natureza aqui referida é aquela que servirá de base para a transformação e a produção do espaço urbano, a base para a realização do trabalho humano.

construído⁸ ou por construir e todos os seus objetos, sejam eles as edificações ou equipamentos, são partes integrantes desse sistema.

De posse dessas informações, passemos diretamente à análise de Maragogipe, caracterizando seu sistema de objetos. Primeiramente, vamos nos concentrar no seu meio ecológico, já definido anteriormente como base onde toda a ação humana irá se realizar. Seguindo o raciocínio acima exposto, podemos considerar meio ecológico as firmas, as instituições, as infra-estruturas e tudo mais presente no seu meio físico.

As firmas presentes no município de Maragogipe são essencialmente de caráter comercial e de serviços, havendo poucas unidades destinadas à produção de mercadorias, as chamadas indústrias de transformação, contando apenas com o número de 22 unidades com 80 pessoas empregadas na área⁹. Já a cidade consta de apenas sete unidades¹⁰. Essas são todas de pequeno porte, não havendo nenhuma grande indústria, já que a única existente na cidade a deixou no início da década de noventa. Essas pequenas indústrias são as conhecidas padarias, olarias (produção de telhas e tijolos) e outras pequenas produções distribuídas pela cidade.

As firmas de comércio e serviços, essas muito mais numerosas que as anteriores, somam 191 unidades no município, com destaque para o

⁸ Este conceito foi desenvolvido por HARVEY, em seu artigo Temas urbanos e regionais: O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno o ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, n° 6, Jun/set – 1982.

⁹ IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2003 <www.sidra.ibge.gov.br> Consultado em: 20/11/2005.

¹⁰ e infelizmente não há informações sobre o número de pessoal empregado em nenhuma dessas firmas

comércio em geral, nos setores de alimentos, móveis e eletrodomésticos, moda e drogarias e serviços. A cidade concentra 151 dessas unidades, o que corresponde a 79% das empresas desse ramo em relação ao município. Sua localização está concentrada no centro e nas ruas Adolfo Cerqueira e Geni de Moraes. Nessas ruas percebe-se uma disputa entre o comércio e a habitação o que as caracteriza como de uso misto.

A conformação das habitações, assim como seu padrão construtivo, varia de acordo com os níveis de renda das famílias e suas localizações, que são o objeto de estudo desse trabalho. A esse respeito, trataremos de forma específica no capítulo 3.

As instituições são aquelas da administração pública, os poderes legislativo e judiciário, as escolas e os centros de saúde. A administração pública ocupa atualmente a região central da cidade, próxima à Câmara de Vereadores, que se localiza na praça central da cidade a Praça Conselheiro Antônio Rebouças. Bem próximo a ela está o poder judiciário, representado pelo Fórum da cidade. As escolas estão distribuídas pela cidade¹¹, e são oferecidas em âmbito municipal, estadual e privado, distribuídas de acordo com seus graus de ensino tal como reza a Constituição. Os centros de saúde são poucos e estão distribuídos por toda cidade. Há um hospital em funcionamento a noroeste do centro da cidade, além de um posto de saúde privado e outro do Sistema único de Saúde.

¹¹ Tal distribuição será melhor abordada no capítulo 3

As infra-estruturas existentes na cidade são: 1) o sistema viário, que acompanha sua topografia acidentada e se apresenta em pequenas dimensões, devido a não necessidade de escoamento da produção do município pela cidade, já que isso ocorre diretamente pelas rodovias que perpassam o município e 2) o sistema de saneamento, composto pelos serviços de abastecimento de água, bastante difundido pela cidade, e esgotamento sanitário, o primeiro atingindo 90,4% dos domicílios e o segundo 55,0%, além da coleta de lixo, prestada pela prefeitura e que atende a 65,7% dos domicílios (IBGE, 2000). É o acesso dos indivíduos a essa infraestrutura, além da distribuição da renda na cidade, que indicará seu nível de segregação.

Os demais elementos do meio ecológico são a extinta fábrica de charutos Suerdieck, que é proprietária de inúmeras unidades edificadas localizadas no centro da cidade. Esses imóveis se concentram no centro da cidade e foram abandonados pelos proprietários legais há anos. Essa atualmente é uma situação de grande conflito na cidade tendo em vista que partes desses imóveis vêm sendo ocupadas com empreendimentos ligados ao comércio local e a alguns poucos serviços, como é o caso de uma escola primária e uma escola de capoeira. Existem ainda antigas edificações desocupadas e terrenos vazios, mas sua maioria está dispersa pela periferia da cidade.

A cidade é praticamente toda cercada por vegetação de manguezal, que contorna os limites norte, leste e sul, sendo o seu limite oeste marcado pela rodovia BA-123. Atualmente existem dois principais pontos de escoamento da produção local, muito embora haja predomínio de utilização de um deles,

o do acesso rodoviário, que garante uma circulação de pessoas e mercadorias em maior escala e com maior velocidade. O porto da cidade de Maragogipe teve um importante papel nos tempos áureos da economia do Recôncavo (BRANDÃO, 1998), sendo, naquela época, o principal ponto de escoamento da produção da região. Atualmente, o porto é destinado ao escoamento de pequena parcela da produção, para destinos próximos.

1.3.2 O SISTEMA DE AÇÕES

O sistema de ações seria composto, então, pelos homens, pelas firmas e pelas instituições, ou melhor, pela ação humana realizada nas duas últimas. O homem teria sua ação impressa no sistema pelo trabalho realizado (ou por realizar) no espaço. Nesse caso, não importa se esse trabalho se dá por vias formais, pelo emprego propriamente dito, ou por vias informais. O trabalho aqui se refere ao emprego de energia para a realização de uma determinada atividade, seja ela produtiva – do ponto de vista do capital – ou não. Mesmo levando-se em conta o trabalho produtivo, observa-se que o fato de o indivíduo não vender sua força de trabalho em um determinado momento, por exemplo, não o exime de uma função na sociedade e no processo global de produção. Nesse momento, sua função está relacionada à composição de

um contingente de indivíduos que garantirá aos proprietários dos meios de produção, o barateamento do preço da força de trabalho¹².

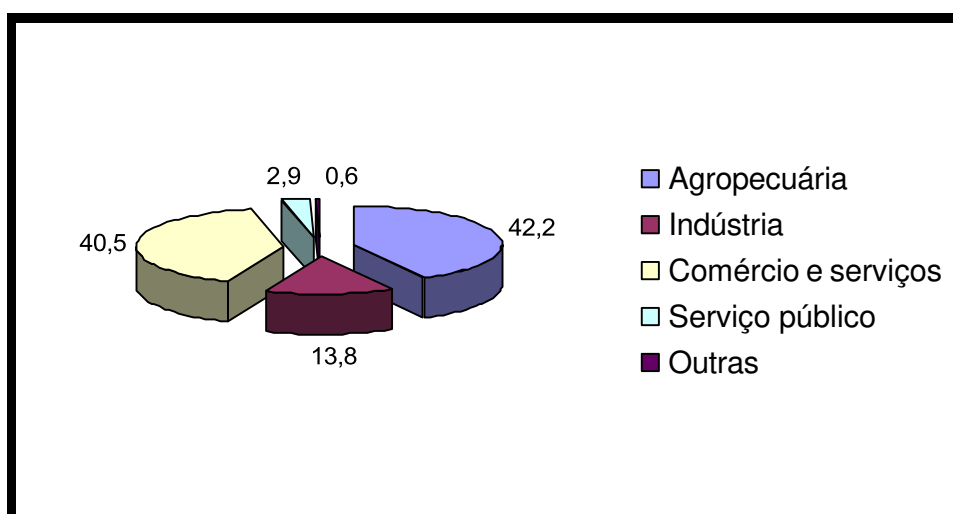
O principal elemento do sistema de ações, como acima definido, é o homem e seu trabalho se manifesta mais notoriamente através das firmas e das instituições. É nesses dois elementos do espaço que o trabalho humano se manifesta de modo mais transformador. As firmas, como já dito anteriormente, seriam as responsáveis pela produção e circulação de mercadorias e seriam constituídas por indústrias e empresas comerciais e de serviços responsáveis pela criação de empregos e absorção da mão-de-obra e também pela criação de objetos que serão as futuras infra-estruturas e irão compor o sistema de objetos. As instituições criam as normas que irão reger toda essa dinâmica, assim como também são responsáveis pela absorção de mão-de-obra e pela criação da infra-estrutura e, em alguns casos, da própria a estrutura física para abrigar esse contingente de pessoas, bem como toda essa carga normativa, que em geral serve aos interesses do capital, aqui representados pelas firmas.

Considerando o já citado poder transformador desses elementos do espaço (as firmas e as instituições), será analisado o seu papel como empregadores do trabalho humano e, posteriormente a renda dessa população e suas implicações no espaço maragogipano.

¹² Este é o processo que Marx denominou “*exército de reserva disponível*, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mentido por ele (...) proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis da expansão do capital sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro capital” (MARX, 1985 – 734p).

No município, segundo pesquisas do IBGE em 2000¹³, o setor de comércio e serviços empregava 6.142 pessoas, o que corresponde a 40,5% do pessoal total empregado em Maragogipe. Esse percentual é alto, se considerado o desenvolvimento histórico da agropecuária na região (Ver FIGURA 1.2). Se descermos para a escala da cidade, veremos essa realidade mudar drasticamente, não havendo registros sobre produção agrícola dentro dos limites da cidade, enquanto foram encontradas sete indústrias e 151 empresas do ramo de comércio e serviços (PMM, 2006).

FIGURA 1.2 – Gráfico com a distribuição da população por tipo de atividade no município de Maragogipe em % no ano de 2000.



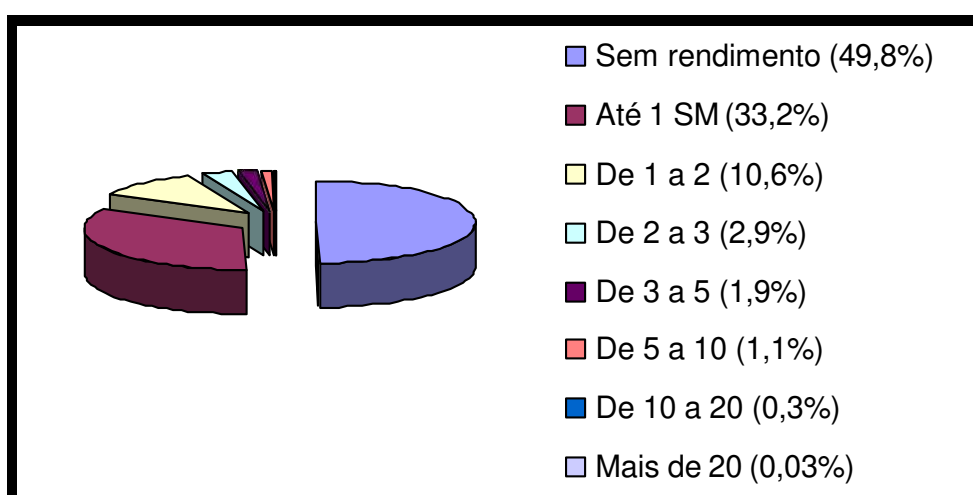
Fonte: IBGE. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Vale destacar, entretanto o elevado índice de pessoas sem rendimentos no município, que chega a atingir quase 50% dos moradores com mais de 10

¹³ IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2003 <www.sidra.ibge.gov.br> Disponível em: 20/11/2005.

anos de idade (ver FIGURA 1.3). Os resultados da amostra para o censo de 2000 do IBGE apontam ainda um total de 3.653 pessoas empregadas, sendo 41% delas com carteira assinada e 50% sem carteira assinada (IBGE, 2000). Os demais trabalhadores exercem atividades por conta própria.

FIGURA 1.3 – Gráfico com rendimento nominal Mensal no Município de Maragogipe - pessoas com 10 anos ou mais de idade.



Fonte: ¹ IBGE, Cidades@ <www.ibge.gov.br/cidades> Consultado em: 15/10/2005.

Tendo em vista todo arcabouço teórico e metodológico da concepção e entendimento do espaço e sua aplicação na realidade de Maragogipe, parece então menos complicada a compreensão da realidade concreta de uma cidade, tal como propõe o presente estudo. Todavia, vale ressaltar a importância de se entender a realidade de um lugar como parte integrante de uma realidade total, que envolva os acontecimentos globais, evitando incorrer no erro de se estudar uma realidade em si mesma, o que pode comprometer todo um estudo, podendo este apresentar-se de forma

superficial. E é por isso que serão dedicadas algumas linhas que se propõem a explicar a importância e a necessidade da compreensão do global em uma localidade.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO:

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

HARVEY, David. (tradução: Flávio Villaça). Temas urbanos e regionais: O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno o ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, nº 6, Jun/set – 1982.

IBGE, **Cadastro Central de Empresas**, 2003 <www.sidra.ibge.gov.br> Disponível em: 20/11/2005.

IBGE, **Cidades@** <www.ibge.gov.br/cidades> Disponível em: 15/10/2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Livro I, volume I.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Classificação dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 1996

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatística dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2004.

2. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

O conceito de divisão territorial do trabalho remete a um outro, que é o da divisão social do trabalho. Este, por sua vez, é originado de uma categoria mais ampla, que é a da divisão do trabalho em geral, que se define pela compreensão básica da divisão entre rural e urbano. Considerando-se a importância desses conceitos preliminares para a formação e o aprofundamento deste que é uma das bases para o desenvolvimento do presente trabalho, a seguir serão analisadas essas categorias, antes de chegar na divisão territorial do trabalho propriamente dita.

Para melhor compreender o processo da divisão territorial do trabalho é necessário, deixar clara a compreensão divisão do trabalho, processo econômico responsável pela distribuição diferenciada dos recursos no meio geográfico. Para tanto, antes de mergulharmos na conceituação do termo, faz-se necessário um resgate, para uma melhor compreensão desta que é uma categoria da divisão social do trabalho, teoria balizadora do tema central a ser aqui tratado.

2.1 A DIVISÃO DO TRABALHO EM GERAL

A divisão do trabalho começa com a divisão campo X cidade, ou melhor, com a dicotomia entre rural e urbano. Sobre o assunto, Marx já destacava o fato, quando disse que “podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral” (MARX, 1985, p. 402). Para ele essa era a base para uma posterior divisão do trabalho na manufatura e na sociedade. Entretanto, Marx analisa a divisão do trabalho apenas na produção propriamente dita de mercadorias, sem a preocupação expressa de sua geografização ou mesmo de sua repercussão na produção de espaço pela sociedade.

Para Marx, a divisão do trabalho está vinculada à noção de cooperação, que consiste na “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano” (MARX, 1985, p. 374). Este plano é estabelecido previamente e as tarefas são distribuídas entre os participantes do processo. Na divisão do trabalho, “a mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial” (MARX, 1985, p. 388). Este processo foi desenvolvido com vistas a aumentar a produtividade e otimizar o tempo da produção de mercadorias nas indústrias. Nesse sentido, a cooperação apresenta-se como de fundamental importância para o desenvolvimento desse processo, na medida em que cada participante vai desempenhar uma

função específica que prescinde, ou será ponto de partida, da tarefa do companheiro. Muitas são as críticas quanto aos prejuízos gerados ao trabalhador por conta desse processo considerado alienante, mas, definitivamente, esse não é o intuito do presente trabalho.

Diferentemente da divisão manufatureira do trabalho – que se concentra no interior da indústria e possui uma divisão clara de tarefas entre os seus trabalhadores – a divisão social do trabalho se encontra dispersa em grandes extensões de área e seus inúmeros participantes estão ocupados em diferentes ramos da produção que se complementam (MARX, 1985). “A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho” (MARX, 1985, p. 407), estabelecendo uma conexão entre os diferentes trabalhos de diversos produtores – capitalistas ou não, tendo em vista que a divisão social do trabalho antecede a divisão manufatureira¹⁴ - onde cada qual produz algo que será pressuposto para a produção final de um determinado bem.

Quanto mais a divisão manufatureira do trabalho se especializa, ou seja, quanto maior é o nível de divisão do trabalho dentro da indústria, tanto menor é a área necessária para a produção de uma mesma mercadoria (MARX, 1985), isto por causa do aumento da produtividade em decorrência do incremento tecnológico no setor industrial. Já no caso da divisão social do trabalho, quanto mais esta se torna eficiente, maior é a área atingida pelo

¹⁴ “Em antigas formas de sociedade em que a diferenciação dos ofícios se desenvolveu naturalmente, cristalizando-se depois e fixando-se por fim legalmente, encontramos, de um lado, uma divisão social do trabalho, subordinada a um plano e a uma autoridade, e, de outro, a ausência total da divisão do trabalho na oficina, ou sua existência numa escala mínima, ou seu desenvolvimento apenas esporádico e acidental” (MARX, 1985, ps. 408 e 409)

processo (MARX, 1985). Mais localidades se especializam na produção de determinados produtos sendo, dessa forma, integradas à divisão social do trabalho no mundo. Atualmente, todo o planeta, ou pelo menos sua quase totalidade, faz parte de uma grande divisão social do trabalho e cada localidade, por mais insignificante que possa parecer, tem um papel nesse processo – é a divisão internacional do trabalho.

Com base nessa concepção da divisão internacional do trabalho é que o território adquire forma e que se diferencia nos diversos campos do mundo. É nesse sentido que a divisão territorial do trabalho toma consistência e adquire o papel de fomentadora da configuração sócio espacial de um país, região ou mesmo uma localidade.

2.2 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Considerando que a questão central do presente trabalho é esclarecer de que forma a segregação habitacional pode ser determinada pela divisão territorial do trabalho, em seus mais variados níveis, serão empreendidos esforços no sentido de clarificar o que aqui se entende por essa questão. Marx comenta que:

“a divisão territorial do trabalho que confina ramos particulares de produção em áreas determinadas de um país, recebe novo impulso com a atividade manufatureira que

explora todas as peculiaridades. No período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial que figuram entre as condições de existência gerais desse período” (MARX, 1985, p. 405).

Como se vê, Marx já admitia a influência que a divisão social do trabalho poderia exercer sobre o território. Assim como uma indústria – e todas as suas regras de divisão do trabalho – ao se instalar em uma determinada área, modifica sua paisagem e, em muitos casos, sua configuração sócio-espacial, a divisão social do trabalho também interfere, ou melhor, influencia a configuração sócio-espacial de uma localidade.

A divisão territorial do trabalho é um processo resultante da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2004), onde cada porção do espaço (mundial) se especializa e adquire certas peculiaridades, toma forma e se diferencia dos demais. De modo geral, pode ser entendida como a espacialização da divisão do trabalho. É a maneira como as atividades se distribuem no espaço e isso não se dá aleatoriamente; todo esse processo segue uma lógica mundial.

Segundo um outro ponto de vista, ainda por Santos, “a divisão territorial do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 2004, p. 133). É a partir da distribuição desses recursos que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno.

A idéia de *recurso* remete a um conceito muito mais amplo e compreende “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores” (SANTOS, 2004, p. 132). Porém, nenhum recurso, sozinho, tem valor absoluto. É preciso entendê-lo em conjunto e situado no espaço.

É através da análise dos recursos disponíveis e da sua distribuição no território que é possível observar como se divide o uso do solo em uma localidade e porque tal divisão se dá de determinada maneira. Os recursos, classificados basicamente como os indivíduos, as firmas e as instituições serão os pilares da análise da divisão territorial na cidade de Maragogipe. Essa mesma classificação foi utilizada para entendimento do espaço e se mostra bastante eficiente para compreensão de mais essa categoria de análise. É a observação do comportamento desses elementos ao longo da história, mais especificamente nos períodos selecionados, de acordo com os eventos ocorridos no seu entorno que permitirá vislumbrar as transformações e as justificativas para a conformação espacial da sede do município em questão.

Deste modo, será analisado cada um de seus elementos, em seus aspectos mais importantes - para este estudo. Para que fique mais claro, cada elemento será utilizado separadamente para ilustrar o método proposto. Vale ressaltar que essa análise, aqui proposta de modo separado, não irá ignorar a integração existente entre os mesmos elementos, algo que, aliás, já obteve o devido destaque no capítulo anterior.

Para a análise do primeiro recurso citado, os indivíduos, será considerada a variável que maior influência possui quando se trata de segregação do espaço: a renda. No atual sistema capitalista, a renda é fator determinante na localização dos indivíduos, já que os melhores sítios (aqueles com maior proximidade do centro, com melhor infra-estrutura e serviços) invariavelmente são ocupados pelos detentores de maior renda, ou seja, com maior capacidade de pagamento (SINGER, 1985). Nesse caso específico, a renda será analisada conjuntamente com a distribuição das atividades na cidade e sua conseqüente localização dos indivíduos.

No caso das firmas e das instituições, serão empreendidos esforços no sentido de distingui-las, por atividade, no caso das firmas, e situá-los no espaço. Com isso, pretende-se observar como, historicamente, têm sido distribuídas as atividades e os recursos propriamente ditos na cidade de Maragogipe até os dias atuais. Deve-se atentar para a ausência de material gráfico de todos os períodos, o que elevaria o nível da pesquisa e proporcionaria maior veracidade às informações. No entanto, ciente da importância de se analisar os recursos em cada período histórico, apesar das insuficiências de documentação, será mantida a metodologia proposta no princípio do trabalho. Estima-se assim, finalizadas as pesquisas e organizadas as informações, atingir o objetivo central deste trabalho, que é verificar qual a relação existente entre a divisão territorial do trabalho e a segregação habitacional.

E o lugar se torna essencial neste processo de compreensão da divisão territorial do trabalho, na medida em que “seu efetivo valor somente é dado

pelo lugar em que se manifesta” (SANTOS, 2004, p. 133). E isso não ocorre de forma igual, justa. E muitas vezes não depende apenas das decisões tomadas localmente e mesmo estas possuem uma relação muito próxima com os interesses internacionais. A forma como os recursos se distribuem no espaço, é a forma de maior conveniência encontrada pelos grandes detentores dos recursos no sistema atual, os capitalistas financeiros. Então, a distribuição desigual de recursos, que determina o lugares pobres e o lugares ricos, os produtivos e os não produtivos, se dá de forma combinada pelo capital internacional (SANTOS, 2004).

“Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (SANTOS, 2004, p. 136). É a partir dessa afirmação que Santos introduz a idéia de tempo da divisão do trabalho. Ele afirma ainda que, cada divisão do trabalho cria um tempo seu, próprio, e que isto poderia ser considerado como o que se conhece por Modo de Produção (SANTOS, 2004). Na medida em que a divisão do trabalho é modificada, mudam-se as relações sociais no espaço e este, por conseguinte, também é modificado. Ainda que o sistema de objetos de um espaço permaneça inalterado por algum tempo, a mudança no seu sistema de ações será suficiente para alterar sua configuração.

E o espaço permite que isso aconteça. As formas e os objetos técnicos de uma dada realidade podem existir em um tempo que não é o seu tempo de origem. Diversas tecnologias coexistem na sociedade, isto por causa do caráter fixo que apresentam os seus objetos. Sendo assim, para que haja uma alteração na divisão do trabalho, não necessariamente a configuração

territorial precisa ser modificada. Sobre isso, Santos completa que “a ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto” (SANTOS, 2004 – 139p.). Sendo assim, passado e presente convivem em harmonia, lembrando que o presente são os eventos, ou o conjunto de ações humanas e o passado seria representado pelo chamado trabalho morto, ou objetos do passado.

2.3 A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS E DOS EVENTOS

As técnicas são as responsáveis pela criação e utilização dos objetos sociais. Elas definem a forma que terá o objeto, isto em função de como o mesmo será utilizado. E é a técnica que define as duas coisas: a forma e a utilização. Santos a definiu como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2004, p. 29). Porém, não se pode conceber a técnica como a única responsável pela formação do espaço. O espaço é formado pelos sistemas técnicos (ou sistemas de objetos) e pelos sistemas de ações (podendo este último ser entendido como técnica) e é essa relação dialética entre ambos a responsável pela criação do espaço. Portanto, o espaço também é responsável pela definição das formas de utilização dos sistemas de objetos.

A técnica seria, ainda, o tempo congelado e revelaria a história. O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar

e fora dele. A forma como se combinam os sistemas técnicos de diferentes idades terá conseqüências sobre as formas de vida possíveis naquela área (SANTOS, 2004).

As técnicas estão condicionadas, inevitavelmente, aos eventos ocorridos na totalidade, podendo esta ser também entendida como a superposição dos eventos na escala do mundo. É a forma como os eventos ocorrem na sociedade que vai determinar as técnicas utilizadas em cada lugar. As técnicas existem em função dos eventos e estes são condicionados pelos conjuntos de técnicas existentes ou possíveis de existir em uma localidade.

“Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato evento e ação são sinônimos (...) e o lugar é o depositário final do evento” (SANTOS, 2004, p. 147). Ainda que condicionado à noção de totalidade, o evento, assim como toda ação humana, manifesta-se no espaço local, onde tudo toma forma.

2.4 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM MARAGOGIPE

Para entendimento do processo de divisão territorial do trabalho em Maragogipe, será realizada uma análise possível dos recursos disponíveis na cidade, que são: os indivíduos, as firmas e as instituições. Estes recursos serão estudados em dois períodos históricos que se destacaram por razões específicas, além do panorama atual; esses períodos já foram expostos na

introdução desse trabalho, ao tratar de questões metodológicas, mas não custa lembrá-los, já que justamente aqui serão explorados.

Os recortes feitos na história seguiram o critério de relevância de eventos que atraíram novas técnicas de produção para a cidade, como é o caso da chegada da fábrica de charutos Suerdieck (1905) e para o município com a vinda da PETROBRÁS para o distrito de São Roque do Paraguaçu (1978) com a implantação de uma plataforma de extração de petróleo – a Plataforma Fixa Manati - além da instalação de dois conveses para reparo e construção de plataformas de extração de petróleo. Em cada período os indivíduos, as firmas e as instituições serão analisados, sempre que possível, com vistas a perceber sua importância e sua distribuição no espaço.

Como é possível observar, os eventos de destaque que interferiram na realidade de Maragogipe e redirecionaram seu processo de divisão territorial do trabalho ocorreram diretamente no município, mas possuem influência regional, o que reforça a importância da totalidade para a compreensão dos processos locais. Essa é a tônica deste trabalho. A divisão territorial aqui analisada será a da cidade, do núcleo central, mas para isso, elementos importantes da produção econômica do município, bem como da sua importância no cenário regional serão levados em conta, além dos eventos que já possuem, por sua própria natureza, caráter extra-local.

Em 1905 chega a Maragogipe a fábrica de charutos Suerdieck, impulsionada pela demanda mundial e pela crescente produção de fumo na Região do Recôncavo e estimulada pela qualidade da matéria-prima cultivada no

município, considerado o mais fino da região por suas condições geoclimáticas (PINTO, 1998).

Nesta época, Maragogipe enfrentava uma crise de mercado por conta da concorrência das usinas de cana-de-açúcar e da abolição da escravatura, mas já se despontava no cultivo do fumo. Quinze anos mais tarde, a partir de informações do censo agrícola de 1920, é possível observar um forte cultivo do produto com um total de 523,8 toneladas e 869 estabelecimentos dedicados a essa produção.

O fumo sempre foi de grande importância no cenário baiano, já que, desde o início da ocupação do Recôncavo, este era cultivado para o câmbio de escravos (PINTO, 1998). A base econômica do município nesse período ainda era a agricultura, com algum comércio de subsistência na região central, o que, junto com os empregos públicos, compunha a renda dos moradores da cidade (ver TABELA 2.1).

TABELA 2.1 – Ocupação da população por setor de atividade no Município de Maragogipe – série histórica

Atividade	1920		1980		2000	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Agropecuária	5.793	59,9	7.808	64,0	6.399	42,2
Indústria	1.367	14,1	2.149	17,6	2.098	13,8
Comércio e serviços	1.612	16,7	1.757	14,4	6.142	40,5
Serviço público	28	0,3	215	1,8	442	2,9
Outras	865	8,9	266	2,2	94	0,6
Total*	9.675	36,1	12.195	29,6	15.155	37,6

* O percentual aqui utilizado é em relação à população total em cada período.
 Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Censo demográfico de 1920.
 IBGE. Censo demográfico de 1980.

IBGE. Censo demográfico de 2000.

A chegada da fábrica no centro da cidade alterou seus hábitos e atraiu trabalhadores do campo para integrar o proletariado local. Com isso, o comércio foi se estabelecendo na cidade e foi ampliado o contingente de trabalhadores nas instituições. E a cidade foi crescendo no entorno do centro administrativo, vizinho à fábrica, ficando esta parte destinada ao comércio e serviços e à população de maior renda, por ser esta região a melhor localizada e com maior infra-estrutura, restando à classe proletária a periferia imediata. Infelizmente não há registros gráficos que nos proporcionem uma análise mais completa do fato, mas os índices estatísticos da época, assim como o que Santos chama de trabalho morto, isto é, os antigos objetos hoje presentes na paisagem (ver FIGURAS 2.1 e 2.2), nos fornecem a base para inferir sobre o caso.

FIGURA 2.1 – Unidade da fábrica de charutos Suerdieck na cidade de Maragogipe.



Fonte: REBOUÇAS, 20/01/2006

FIGURA 2.2 – Outra unidade da Suerdieck na cidade de Maragogipe.



Fonte: REBOUÇAS, 20/01/2006

Algumas décadas mais tarde, a indústria fumageira do Recôncavo enfrentava uma crise, devido às reformas tributárias de 1964 e 1965 que sobrecarregavam as empresas com impostos (IPI e ICMS) e à incapacidade de competir com as empresas do sul do país, que produziam cigarros com menor custo e maior produtividade (MESQUITA, 2006). Observando a TABELA 2.2, pode-se observar a queda na produção do fumo, que iniciava sua decadência, vindo a culminar com o fechamento da fábrica em 1990. Sua maior crise foi ocasionada pela falta de competitividade com os mercados do sul do país, além da preferência pelos cigarros da Souza Cruz em detrimento dos charutos e cigarrilhas das fábricas alemãs (MESQUITA, 2006).

TABELA 2.2 – Culturas no município de Maragogipe por períodos históricos

Cultura	1920	1980	2000
	Produção	Produção	Produção
Mandioca	10.551,6t	28.631 t	30.000 t
Batata-doce	...	143 t	5.050 t
Banana	...	238 (mil cachos)	240 (mil cachos)
Laranja	...	12.329 (mil frutos)	19.840 (mil frutos)
fumo	523,8 t	8 t	26 t
Cana-de-açúcar	3.166 t	70 t	...
Coco-da-baía	546.327 (centos)	201 (mil frutos)	1.165 (mil frutos)
Amendoim	...	143 t	730 t

* Não há registros desses cultivos nos referidos censos.

Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Censo agrícola de 1920.

IBGE. Censo agrícola de 1980.

IBGE. Panorama Agrícola Municipal de 2000.

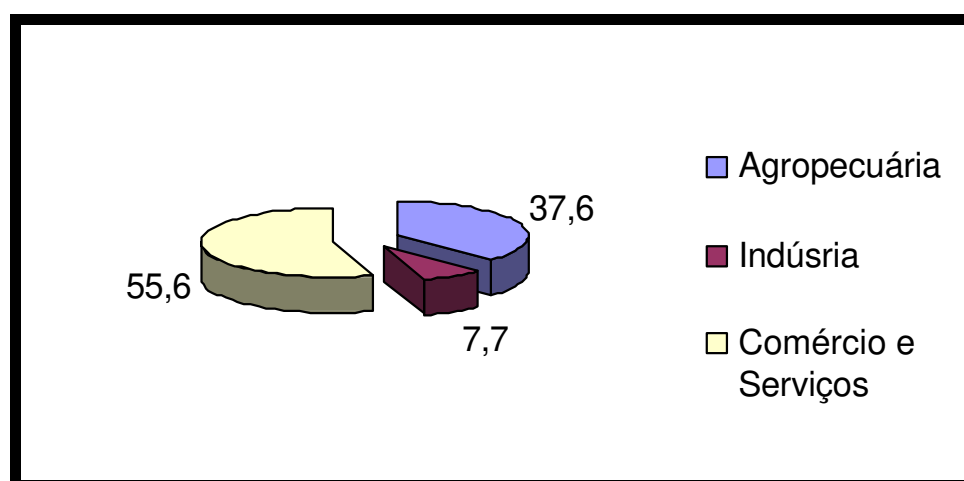
Meia década mais tarde, chega ao município a Petrobrás, com uma unidade de extração de petróleo e de construção e reparo de plataformas. Instala-se no distrito de São Roque, gerando centenas de empregos¹⁵, muito embora, boa parte dos cargos técnicos tenham sido ocupados pelos funcionários dos centros industriais da época, Rio de Janeiro e São Paulo. A escolha pelo sítio de São Roque se deu pelas condições marítimas, já que as águas da Baía de Todos os Santos possuem a estabilidade necessária para este tipo de atividade. Este trouxe algumas transformações para a realidade do município e a mais importante delas é que, pela primeira vez na história a população urbana ultrapassou a população rural, aumentando em 3,3% e alcançando o índice de 50,5% de urbanização, muito embora no geral, tenha havido grande variação no contingente populacional geral do município.

¹⁵ Não foram encontrados dados que precisassem o número de empregados da Petrobrás na época em São Roque

Segundo demonstrado nos parágrafos anteriores, a agricultura sempre foi a maior empregadora da população, apesar de tantos investimentos do setor industrial no município (ver TABELA 2.1). Atualmente, a população está distribuída, por tipo de atividade, no município de Maragogipe, como pode ser melhor visto na FIGURA 1.2.

Dados do PIB (Produto Interno Bruto) do município para o ano de 2002 (IBGE, 2005), confirmam que a atividade de comércio e serviços é a mais expressiva. Somente o setor de comércio e serviços agregou 55,6% de toda a produção do município, contra os 37,6% agregados pela agropecuária (ver FIGURA 2.3).

FIGURA 2.3 – Gráfico com a distribuição do PIB por tipo de atividade no município de Maragogipe em % no ano de 2002.



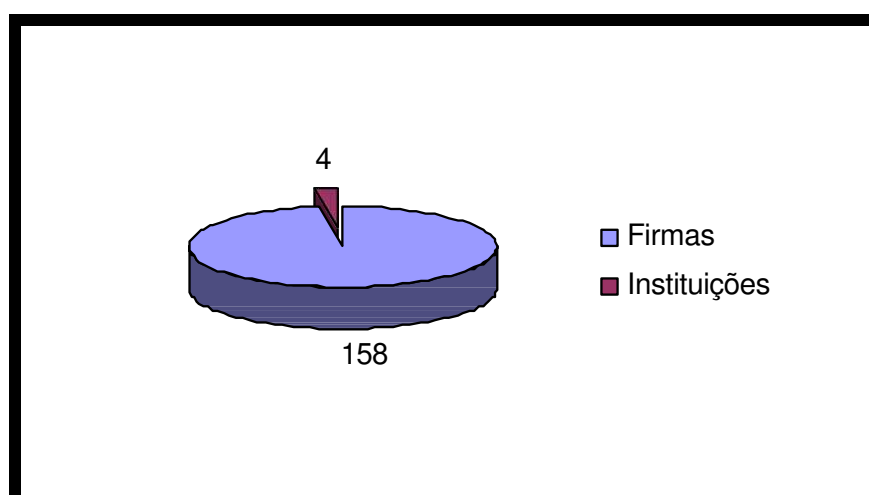
Fonte: IBGE. Cidades@. <www.ibge.gov.br> Consultado em 15/12/2005

Merece destaque, contudo, o cultivo da mandioca e seu beneficiamento (ver TABELA 2.2), transformando-a em farinha de qualidade apreciada na região. Porém, apesar da ampla abrangência no município, sua produção total, em

2000, não alcançou sequer 1% da produção total do Estado, o que reforça sua condição inexpressiva no cenário regional.

Com isso, pode-se observar na cidade de Maragogipe uma presença maciça de estabelecimentos dos setores de comércio e serviços. Em janeiro de 2006 (PMS, 2006) existiam 151 empresas desse setor econômico estabelecidas dentro da cidade. Havia ainda um número pouco significativo de indústrias, sete estabelecimentos, e instituições, esta com apenas quatro unidades em atuação (ver FIGURA 2.4). Infelizmente não foi possível obter os números de pessoal empregado na sede urbana, tampouco sua distribuição por tipo de atividade, mas o número de estabelecimentos na cidade nos permite vislumbrar a proporção de pessoas empregadas.

FIGURA 2.4 – Gráfico com a distribuição das firmas e das instituições na cidade de Maragogipe.



Fonte: PMS. Controle de tributos Municipais. Consultado em janeiro de 2006

A FIGURA 2.6 com o mapa da divisão territorial do trabalho na cidade permite observar a desigual distribuição dos recursos¹⁶, que expressa uma visível concentração destes nas áreas centrais em detrimento das periferias, que aparecem desprovidas desses elementos (as firmas) e de outros mais (as instituições).

A análise da divisão territorial do trabalho da cidade de Maragogipe, apesar da indisponibilidade de alguns dados, inclusive de material gráfico histórico, nos permite concluir que os indivíduos se distribuem no espaço, de acordo com a produção econômica, em conformidade com a sua ocupação no mercado de trabalho e que as firmas, assim como as instituições, ocupam o centro da cidade e seu entorno imediato, localizados nos setores 4, 5 e 10, com a existência de 77 das 139 empresas totais encontradas no município e 8 das 14 instituições presentes na cidade, e o bairro do Cai-já, no setor 14 com 10 empresas mais.

¹⁶ Para fins metodológicos, adotamos a divisão por setores censitários do IBGE, a mesma utilizada na análise da segregação habitacional.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

Fonte: IBGE. **Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Cidades@** <www.ibge.gov.br/cidades> Disponível em: 15/10/2005.

Diretoria Geral de Estatística. **Censo agrícola de 1920**.

IBGE. **Censo agrícola de 1980**.

IBGE. **Panorama Agrícola Municipal de 2000**.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Livro I, volume II.

MESQUITA, A. S.; OLIVEIRA, J. M. C. de. A cultura do fumo na Bahia. Salvador, 2006. Consultado em www.seagri.ba.gov.fumo_final.doc Acesso em: 12 jan. 2006.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, ano V, nº 16, 1985.

3. A SEGREGAÇÃO HABITACIONAL EM MARAGOGIPE

3.1 SEGREGAÇÃO HABITACIONAL – UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO

Para se entender a que estamos nos referindo ao tratar de segregação habitacional, é preciso deixar claro ao leitor o que se entende por habitação. É necessário, para isso, evitar confusões com um termo muito similar ao aqui tratado, porém de fácil distinção, que é o conceito de moradia. A noção de moradia estaria associada simplesmente à unidade domiciliar e a suas condições de bem-estar (salubridade, conforto, etc.). Sendo assim, a moradia deve ser entendida, então, como parte integrante de um conceito mais amplo que é o de habitação. Para análise desse elemento do espaço – a moradia – é necessário, então, atentar, de modo mais metuculoso, para questões mais particulares, o que comprometeria o foco principal da questão. E o que se pretende aqui é entender como a segregação habitacional de uma região pode ser influenciada pela divisão territorial do trabalho, o que exige um entendimento mais amplo sobre a habitação.

Muitas são as maneiras de compreensão desse tema que, como já dito, apresenta-se como o foco de estudo deste trabalho. Sobre o assunto, Singer destaca a cidade como “uma imensa concentração de gente exercendo as

mais diferenciadas atividades” e, sendo assim, “é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos” e ainda completa: “essa disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo” (SINGER, 1985, p. 21). A habitação, portanto, disputa espaço com os demais usos – comerciais industriais e de serviços – e muitos são os fatores que determinam sua localização.

Uma concepção materialista do tema considera a habitação como parte integrante do ambiente construído¹⁷ com a função explícita de reprodução da força de trabalho (HARVEY, 1982). Nesse sentido, a habitação se apresenta como um componente do ambiente construído, resultado de constante disputa de classes pelo domínio (e pelo uso) do espaço, que se diferencia de acordo com seus usos e classes de renda que o ocupam. Vale ressaltar que a habitação é a parte mais rentável do ambiente construído, tendo em vista que “a demanda humana por abrigo transforma-se, por exemplo, num processo de acumulação através da produção de habitações” (HARVEY, 1982, p. 18).

Considerando que o homem necessita de espaço para sobreviver, este passa a apresentar-se como condição de vida para o trabalhador, assim como condição de produção do capital (HARVEY, 1982). É dessa forma que se justifica a afirmação do parágrafo anterior, em relação à função da habitação. E é com o salário que o trabalhador consegue pagar por essa condição de sobrevivência. O salário do trabalhador deve incluir vários itens

¹⁷ O ambiente construído seria “a totalidade das estruturas físicas – casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais etc.” (HARVEY, 1982, 6p.)

necessários à sua sobrevivência, e a habitação é um desses itens. O que acontece é que “as necessidades da força do trabalho têm mudado historicamente” (HARVEY, 1982, p. 8) – seguindo conceitos de qualidade de vida pré-estabelecidos pela própria classe dominante – e, muitas vezes, o salário do trabalhador não acompanha essas mudanças, o que faz com que o este busque sua moradia em locais mais distantes do trabalho ou ocupe áreas, digamos, inóspitas às condições de sobrevivência.

Uma outra análise não tanto materialista como a anterior, considera que o habitar, também vinculado à dimensão do seu uso, “envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas.” (CARLOS, 2004, p. 119). A mesma autora considera ainda a habitação em seu uso como uma mercadoria cambiável, levando-se em conta seu caráter de propriedade privada e seu valor de troca, o que delimita os espaços possíveis de apropriação (CARLOS, 2004).

Todos os autores acima citados, apesar de se expressarem diferentemente, concordam que a habitação é uma forma particular de ocupação do espaço que pressupõe disputa de classes e que, é através da manifestação desses conflitos no solo urbano que o espaço vai se configurar. Reforçando essa afirmação, Harvey afirma que a estrutura espacial de uma determinada localidade reflete a estrutura social e salarial dentro da força de trabalho (HARVEY, 1982), além da recorrente disputa entre o capital e a força de trabalho. Ou ainda, como sugere SINGER, “a procura por espaço, na cidade,

é formada por empresas, por indivíduos ou por entidades que atendem as necessidades de consumo coletivo” (SINGER, 1985 – 24p.).

Para saber em que medida se apresenta a segregação habitacional numa localidade, é necessário observar, principalmente, o nível de acesso a serviços urbanos, que compreendem: transporte, serviço de água e esgoto, escolas, comércio, etc. (SINGER, 1985). São as chamadas externalidades, já que o valor de uma residência é determinado, em parte, pelas condições que a rodeiam (HARVEY, 1982). É a proximidade em maior ou menor grau desses itens que irá determinar o nível de segregação habitacional.

A segregação habitacional, ou residencial como classifica Correa, nada mais é que a manifestação no espaço das classes sociais. E isto se concretiza no espaço através da capacidade que cada grupo tem de pagar pela residência que ocupa (CORREA, 1993).

Vale salientar que a segregação habitacional atinge a todos os integrantes da sociedade, porém, isto se dá de maneira distinta. Há segregação de pobres, mas também há segregação de ricos. São muitas as diferenças entre essas duas manifestações de segregação, mas a mais importante é que os ricos praticam a auto-segregação. São eles os primeiros a se isolarem dos demais e isso, por consequência, gera a segregação das classes de renda mais baixa, chamada segregação imposta. Os demais não têm escolha, senão se concentrarem em áreas mais distantes dos serviços urbanos e do trabalho, por conta dessas áreas apresentarem menores preços (CORREA, 1993).

Ao que Correa chama de “grupos sociais excluídos” restam, nesse processo, “como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade, (...) a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado (...) e a favela” (CORREA, 1993, ps. 29 e 30). No caso de Maragogipe, os grupos sociais excluídos “optaram” pelo sistema de autoconstrução e pelas favelas. Nesses lugares há pouca infra-estrutura, menor acesso ao serviço de saneamento básico e aos equipamentos urbanos. Será possível observar também, no caso de Maragogipe, que porções do espaço foram ocupadas por que grupos.

O caso de Maragogipe, entretanto, se diferencia dos casos estudados por Corrêa, onde há uma auto-segregação e uma conseqüente segregação imposta. Isto porque seus estudos concentram-se nas grandes capitais e nas metrópoles, onde realmente é possível observar esta relação, manifestada, sobretudo, sob a forma de condomínios fechados e favelas. Nosso campo de estudo guarda sua peculiaridade por se tratar na verdade não de uma auto-segregação, mas de um processo de inércia, na medida em que ocorre uma “permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles.” (CORRÊA, 1993, p. 76). Estas são as chamadas “áreas cristalizadas” e sobre isso Corrêa ainda ressalta entre as razões para esse fato estão o alto custo, que implicaria uma realocação da população, e a “inexistência de conflitos com outros possíveis usuários do solo urbano e entorno” (CORRÊA, 1993, P. 76).

3.2 A HABITAÇÃO EM MARAGOGIPE

A análise da segregação habitacional em Maragogipe dar-se-á a partir dos seguintes critérios: 1) acesso aos equipamentos sociais urbanos, sendo estes entendidos como instrumentos necessários à realização de atividades sociais (as creches, escolas, praças, postos de saúde, instituições religiosas e unidades de segurança pública); 2) acesso ao serviço de saneamento, que compreende os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; e 3) distribuição de renda da população. Para avaliar a distribuição no espaço dessas variáveis acima mencionadas, será utilizada a divisão por setores censitários, segundo o censo de 2000, no distrito sede de Maragogipe. Esta divisão fornece informações por setores, o que possibilitará a identificação da segregação, seja ela a imposta ou a auto-segregação. Além disso, para as informações sobre equipamentos urbanos, foi utilizado o Cadastro Técnico Municipal, realizado pela prestadora de serviços OESTE (Organização, Estradas, Topografia e Engenharia Ltda.) por solicitação da Prefeitura, em 2002.

Antes de ser iniciada a análise da segregação propriamente dita, façamos uma caracterização do quadro habitacional da cidade de Maragogipe. A grande maioria de suas edificações é constituída de domicílios com um total de 3.482 unidades, concentrando 35,86% dos domicílios existentes no município. A tipologia das edificações revela a sua posição de pouco

destaque econômico na região, com poucas casas de alto padrão construtivo e sua grande maioria de padrão bastante modesto.

Existem bairros que concentram a população mais pobre, muito embora não necessariamente estejam eles distantes do centro. Porém, a esta parcela da população foram reservadas as áreas de maior declividade e de maior proximidade às áreas de manguezal, região de difícil ocupação, tendo em vista os riscos de inundações causados pelo aumento do índice pluviométrico. Essas são as áreas onde incide a segregação imposta, pois justamente essas são as áreas desprezadas pelos grupos sociais mais ricos. Estes, por sua vez encontram-se localizados na região central, plena de serviços e equipamentos urbanos, como será demonstrado no decorrer do trabalho.

Passemos então à análise da primeira variável, os equipamentos sociais urbanos. Consideramos os exemplos anteriormente citados por se tratarem dos instrumentos indispensáveis ao exercício pleno da cidadania. Foi identificado um total de dez unidades de ensino, entre escolas de nível fundamental e médio e creches. Há ainda quatro unidades de saúde, seis igrejas, três unidades de entretenimento, dois postos de segurança pública e dezessete praças. Através da FIGURA 3.1, podemos perceber uma concentração dos equipamentos em geral, sobretudo de praças e escolas, na região central, setores 4, 5, 9 e 10. Há, todavia incidência de alguns equipamentos nos setores de números 7, 8, e 14, mas estes em menor proporção, apesar da extensa área ocupada por alguns, como é o caso dos

equipamentos presentes no setor 8 (uma escola, um estádio de futebol e um cemitério – unidades que servem à cidade como um todo e, no caso do cemitério, de vizinhança pouco desejada).

Há setores, todavia, que sequer dispõem de uma praça, aliás, equipamento abundante em relação aos demais. Dos dezessete existentes na cidade, quase metade, num total de oito unidades, concentram-se em apenas três setores. O 4, o 5 e o 10. Isso enquanto os setores 2, 6, 8, 11 e 12, situados na periferia da cidade, não possuem nenhuma praça. Os demais setores possuem alguma incidência desse equipamento, todavia sem concentração significativa.

As unidades de ensino encontram-se concentradas, sobretudo nos setores 4, 5 e 10, os mesmos que concentram as praças, havendo cinco unidades, exatamente a metade, nestes mesmos setores. As demais unidades distribuem-se como podem pelos outros setores, não havendo ocorrência de escolas ou similares nos setores 1, 3, 6, 9, 12 e 15. Os demais equipamentos, os de saúde e segurança, por exemplo, espalham-se pela cidade de maneira menos desigual.

Outra variável importante no processo de identificação da segregação habitacional é o acesso ao serviço de saneamento básico, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo. Os dados utilizados para composição dessa realidade foram fornecidos pelo IBGE, através da pesquisa domiciliar no censo de 2000. Foi adotado como critério nos dois primeiros casos o acesso ao serviço pela rede geral de

abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O município de Maragogipe possui baixos índices de acesso ao saneamento, isto se compararmos sua realidade com a da Bahia e do Brasil. Observe as diferenças na TABELA 3.1.

TABELA 3.1 – Percentual de domicílios particulares permanentes no município de Maragogipe com acesso ao saneamento básico em 2000.

Serviço	Brasil	Nordeste	Bahia	Maragogipe
Rede geral de água	77,82%	66,39%	69,51%	53,59%
Rede geral de Esgoto	47,20%	25,11%	34,51%	25,79%
Coleta de lixo	74,26%	52,77%	57,07%	29,11%

Fonte: IBGE. Sidra. <www.ibge.gov.br> Consultado em: 20/01/2006.

Porem, ao chegar ao nível da cidade, estes índices aumentam consideravelmente. O percentual de abastecimento de água pela rede geral chega a aumentar em 36,8%, chegando ao índice de 90,4%. O percentual de esgotamento sanitário pela rede geral no distrito sede chega a 55,0%, mais que o dobro em relação ao índice municipal. Com a coleta de lixo o quadro não é muito diferente, este atingindo os 65,7%, também mais que o dobro do percentual para o município. Sobre este fato, devemos atentar para pouca incidência do saneamento na área rural, por seu alto custo de implantação e pouca rentabilidade para as empresas gerenciadoras do serviço (ver TABELA 3.2).

TABELA 3.2 – Acesso ao serviço de saneamento por setor censitário na cidade de Maragogipe

Serviços	Esgotamento sanitário	Coleta de lixo	Abastecimento de água
Setor 1	11,2%	32,4%	93,7%
Setor 2	43,0%	36,1%	68,6%
Setor 3	38,8%	85,8%	86,3%
Setor 4	95,5%	96,6%	96,6%
Setor 5	97,1%	99,5%	99,6%
Setor 6	29,5%	19,9%	92,8%
Setor 7	58,0%	75,4%	81,2%
Setor 8	50,9%	76,7%	74,8%
Setor 9	53,0%	84,0%	95,6%
Setor 10	99,6%	99,6%	99,6%
Setor 11	53,6%	5,9%	98,0%
Setor 12	29,3%	63,7%	81,7%
Setor 13	33,2%	38,2%	91,0%
Setor 14	99,2%	100,0%	100,0%
Setor 15	33,5%	71,9%	96,3%
Total*	55,0%	65,7%	90,4%

* Média geral para a cidade.

Fonte: IBGE. Resultado da amostra 2000, agregado por setores.

Como observado anteriormente, há uma grande diferença entre os índices do município e da cidade de Maragogipe e ao analisar a realidade dentro da própria cidade, é possível observar que os índices também variam muito. Primeiro, o caso do esgotamento sanitário, justamente por este apresentar as situações mais discrepantes. Por exemplo, os setores 4, 5, 10 e 14 apresentam satisfatórios índices superiores a 90% de acesso à rede geral de esgoto, enquanto os setores 1, 6 e 12 não alcançam sequer os 30% de acesso ao serviço. Observando a FIGURA 3.2 é possível identificar os setores melhor atendidos localizados no centro da cidade e os pior servidos na periferia.

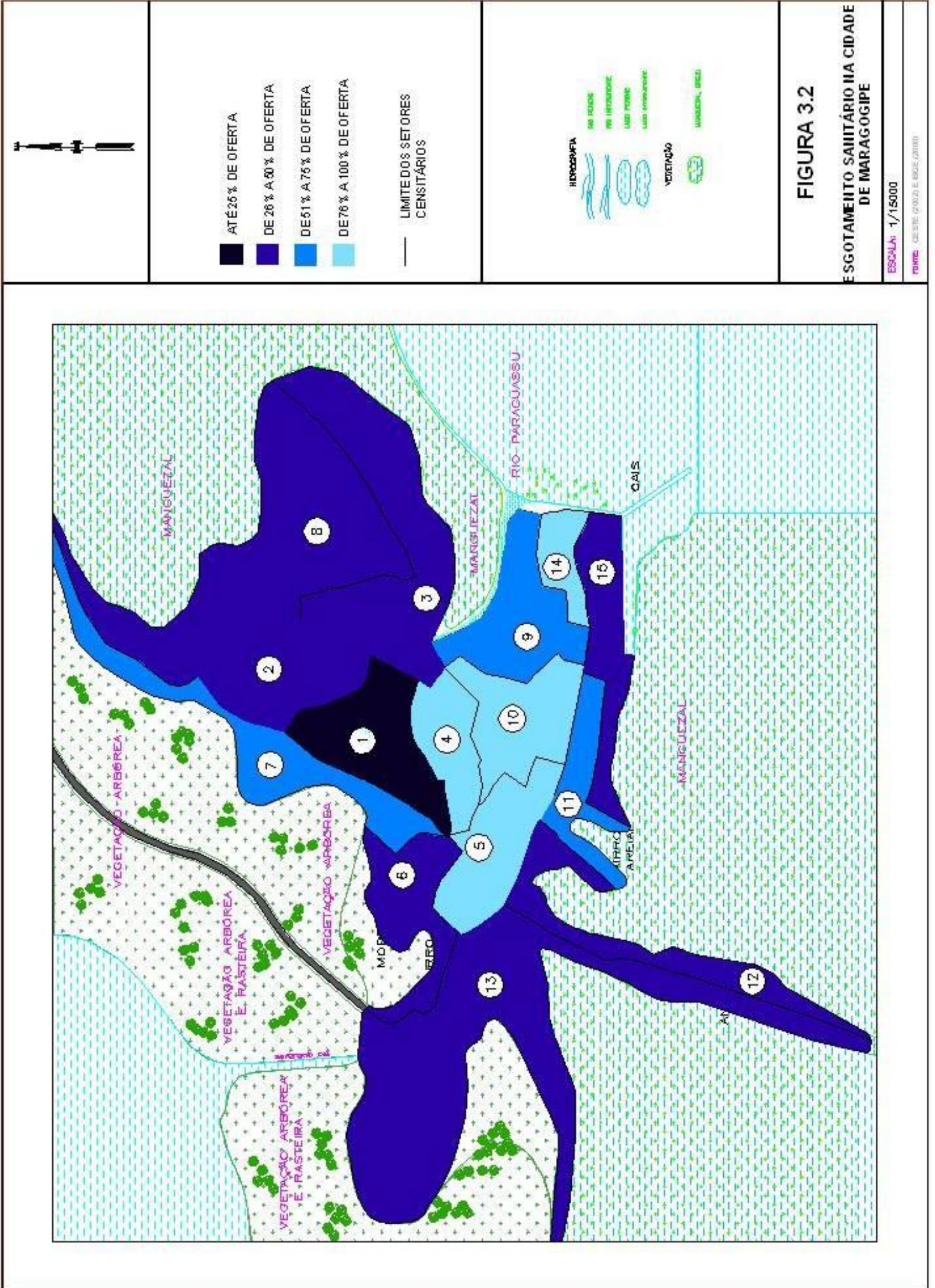


FIGURA 3.2

ESGOTAMENTO SANITÁRIO IIA CIDADE DE MARAGÓIPE

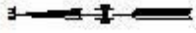
ESCALA: 1/15000

Fonte: CE SUE (2012) E BGE (2010)

No caso do serviço de coleta de lixo a situação é similar. Observando ainda a TABELA 3.2, pode-se observar que também os setores com o maior acesso ao serviço são os 4, 5, 10 e 14, tal como no caso do abastecimento de água. Estes setores ultrapassam os 90% de acesso, chegando o setor 14 a atingir 100% de coleta (ver FIGURA 3.3). Já o abastecimento de água, diferentemente dos demais serviços, apresenta uma ampla abrangência em todos os setores com única ressalva para os setores de números 2 e 8, os únicos a não alcançarem 75% de acesso (ver FIGURA 3.4).

A análise do acesso aos equipamentos sociais urbanos e aos serviços de saneamento fornece elementos para a verificação da segregação habitacional na cidade de Maragogipe. Porém, outra variável destaca-se como determinante nesse quadro, que é a renda. É a renda que vai determinar quem vai ocupar que áreas, já que os melhores terrenos (aqueles com maior acesso aos serviços e aos equipamentos) exigem uma maior capacidade de pagamento do seu ocupante. Ou seja, a localização bem como o acesso do indivíduo aos serviços e equipamentos irá depender da sua quantia disponível para o pagamento desse bem.

Diante disso, a análise da distribuição da população no espaço em comparação aos seus níveis de renda se apresenta de suma importância na avaliação da segregação habitacional. A TABELA 3.3 mostra a média de rendimentos do responsável pelo domicílio no ano de 2000. No entanto, esta metodologia parece um pouco perigosa, na medida em que a média (entre os altos salários e os baixos) fornece uma realidade nivelada, sem grandes



- ATÉ 25% DE OFERTA
- DE 26% A 50% DE OFERTA
- DE 51% A 75% DE OFERTA
- DE 76% A 100% DE OFERTA
- LIMITE DOS SETORES CENSITÁRIOS

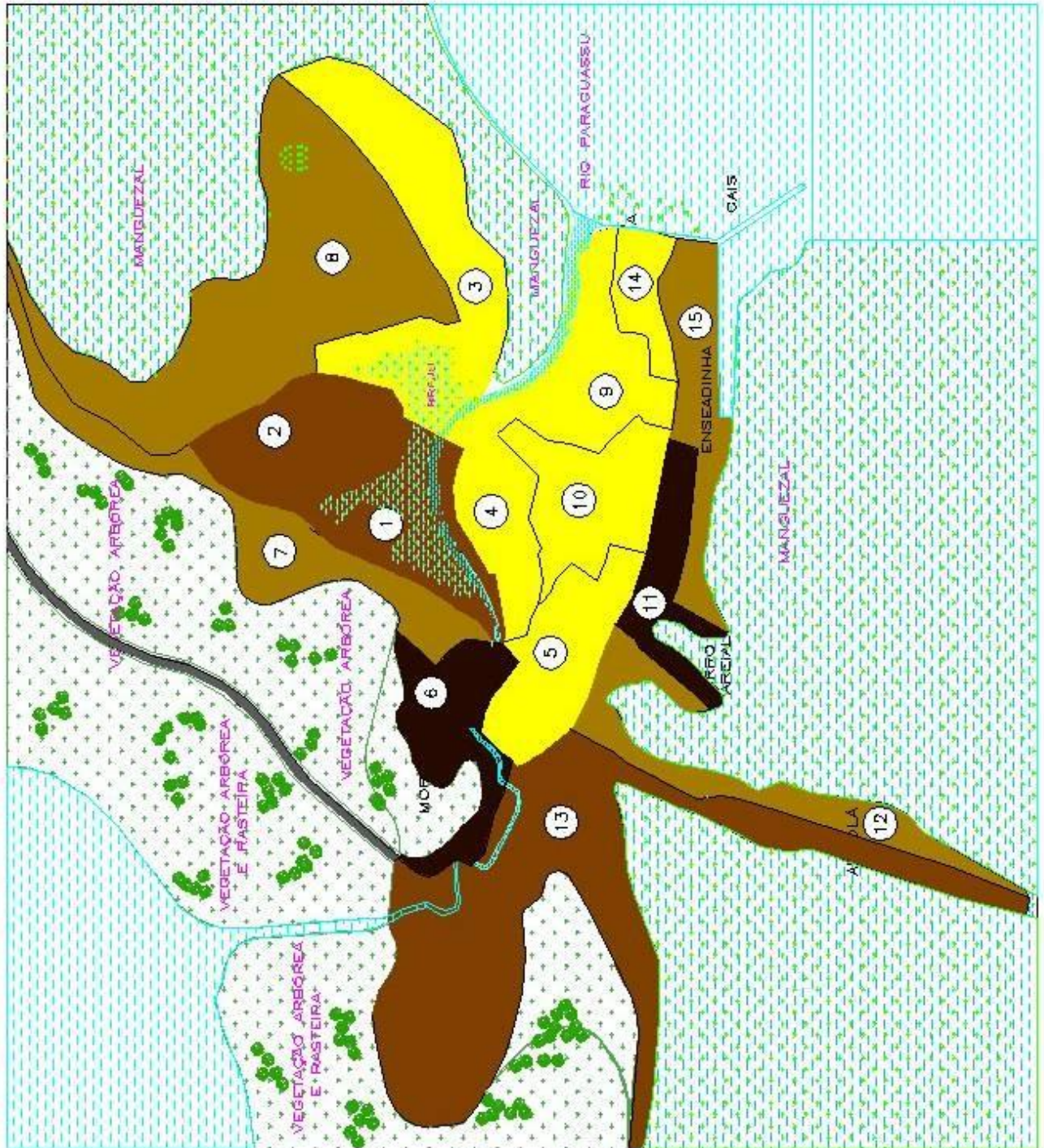
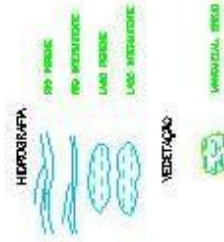


FIGURA 3.3
COLETA DE LIXO
NA CIDADE DE MARAGOGIPE

ESCALA: 1/15000
 FONTE: GESTÃO (2012) E IBGE (2010)

variações. Para assegurar uma maior representatividade dos dados, será acrescentada à análise o percentual de pessoas sem rendimentos.

TABELA 3.3 – Rendimento médio mensal e pessoas sem rendimento na cidade de Maragogipe em 2000.

Setores	Rendimento médio em R\$	Pessoas s/ rendimento
Setor 1	167,07	25,7%
Setor 2	145,15	18,8%
Setor 3	232,90	13,7%
Setor 4	322,83	14,9%
Setor 5	442,42	4,5%
Setor 6	298,80	3,6%
Setor 7	119,76	28,3%
Setor 8	192,05	29,7%
Setor 9	335,79	3,9%
Setor 10	528,27	10,4%
Setor 11	339,26	26,2%
Setor 12	229,80	4,8%
Setor 13	162,41	18,9%
Setor 14	329,75	9,2%
Setor 15	259,78	4,1%

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 agregado por setores censitários.

Um estudo dos mapas de rendimento médio mensal (ver FIGURA 3.5), e de pessoas sem rendimento (ver FIGURA 3.6), permite visualizar com maior clareza a distribuição da população no espaço, segundo seus níveis de renda. Podemos afirmar com isso que a população com menor renda concentra-se nos setores 1, 2, 7, 8 e 13, justamente na periferia da cidade, enquanto que a população de maior renda está nos setores 4, 5, 9, 10 e 14,

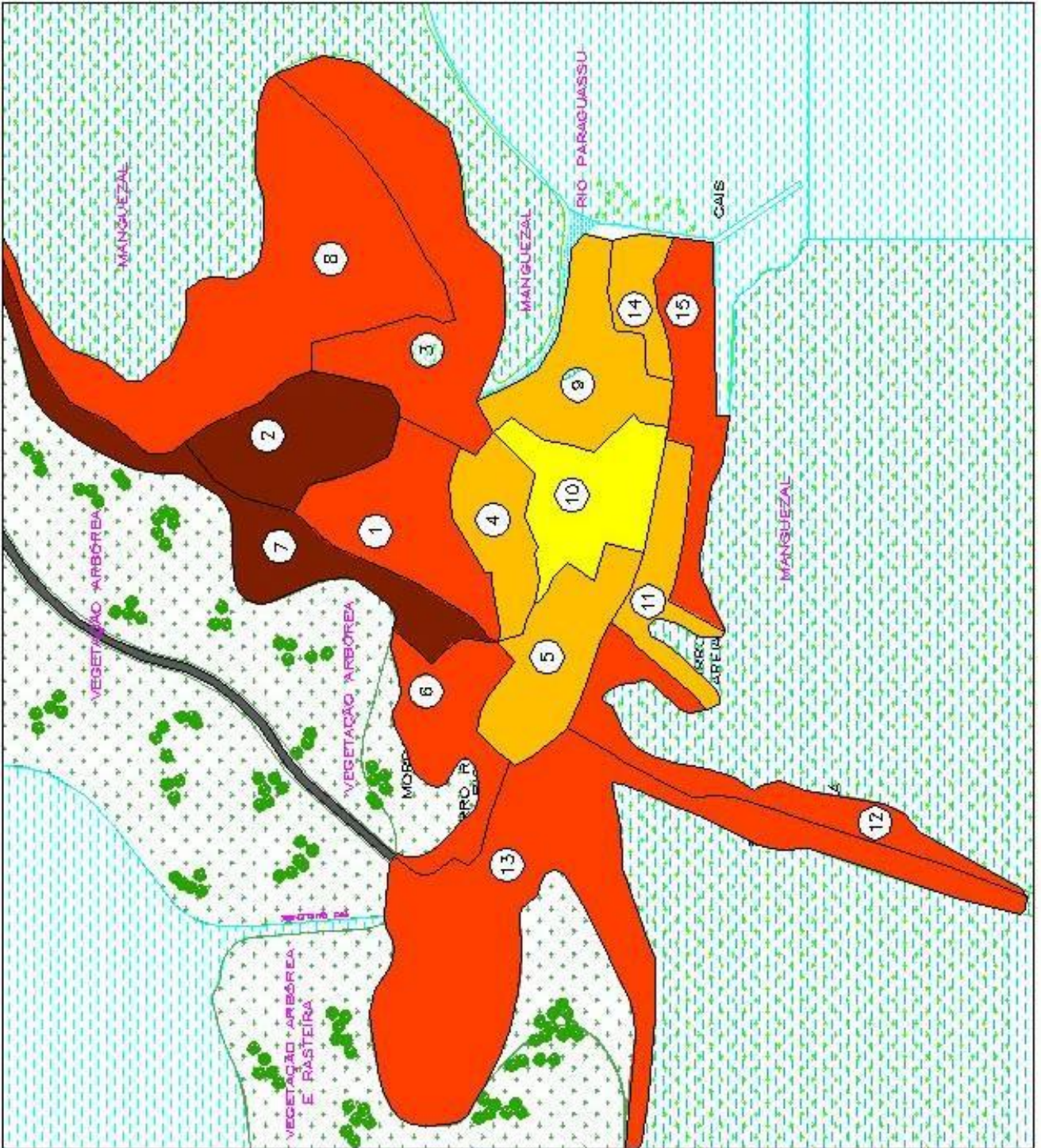
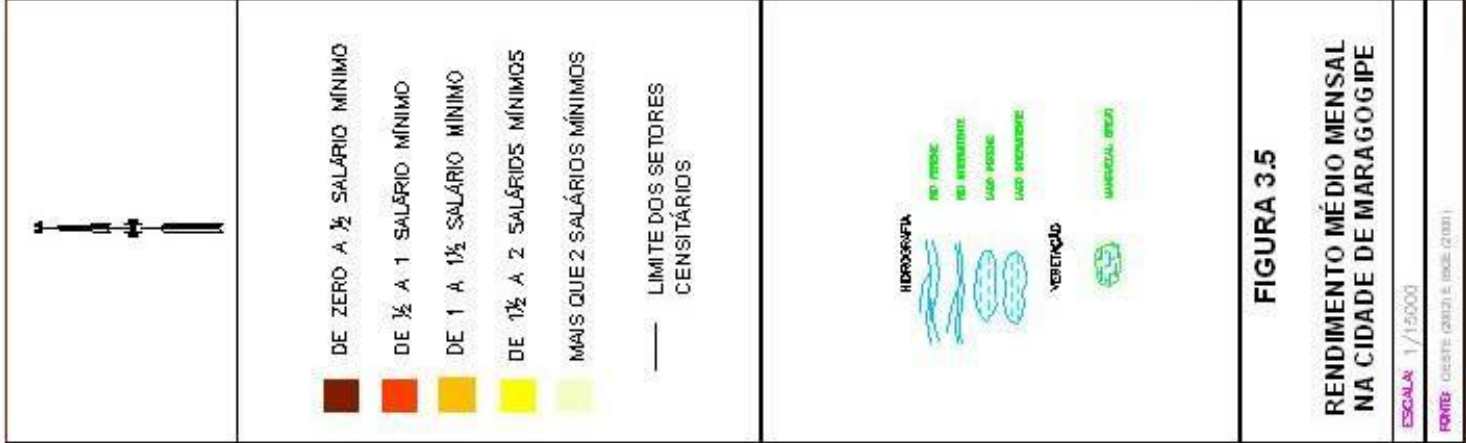


FIGURA 3.5

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NA CIDADE DE MARAGÓIPE

ESCALA 1/15000

FONTE: IBGE (2000)

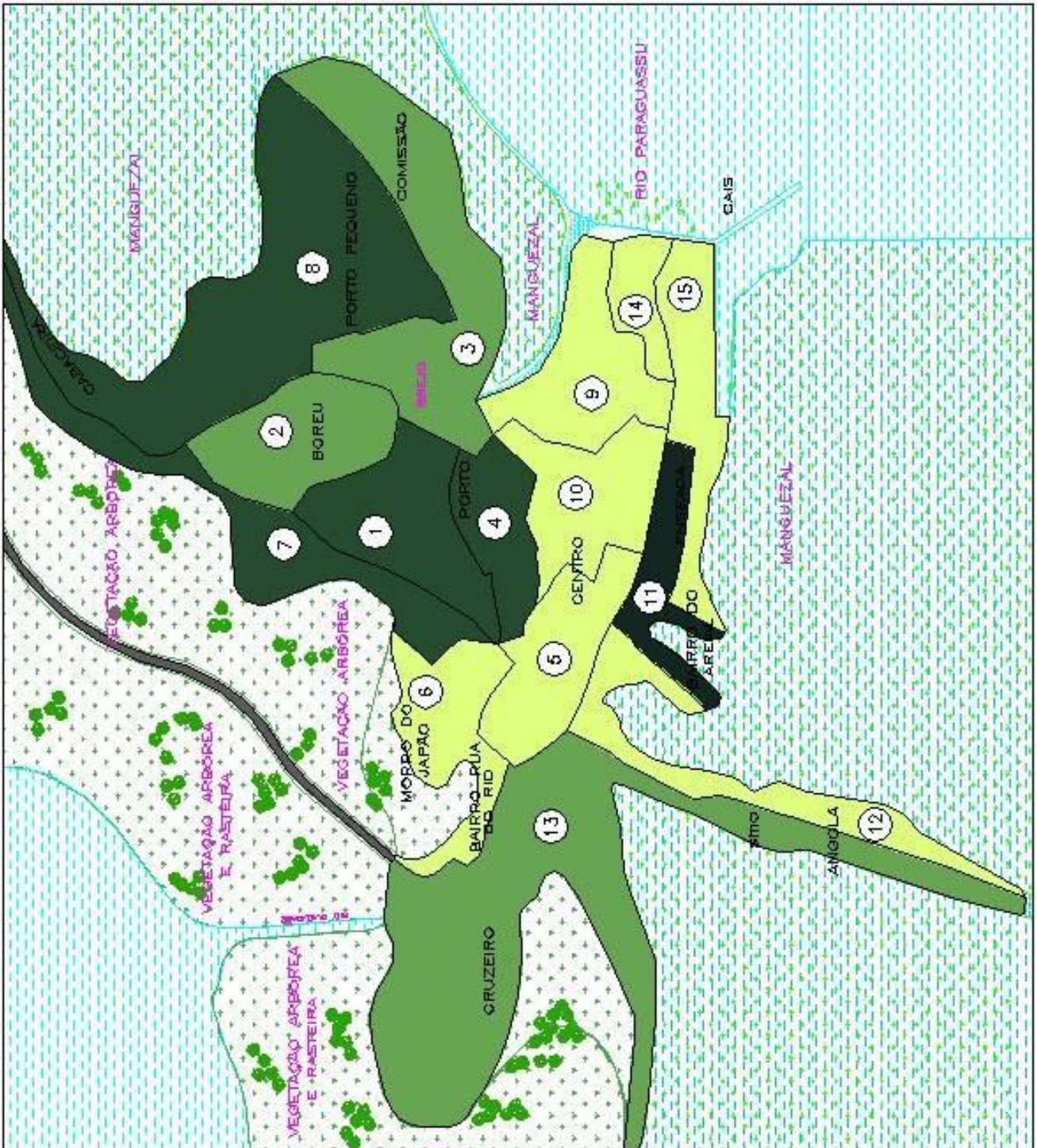
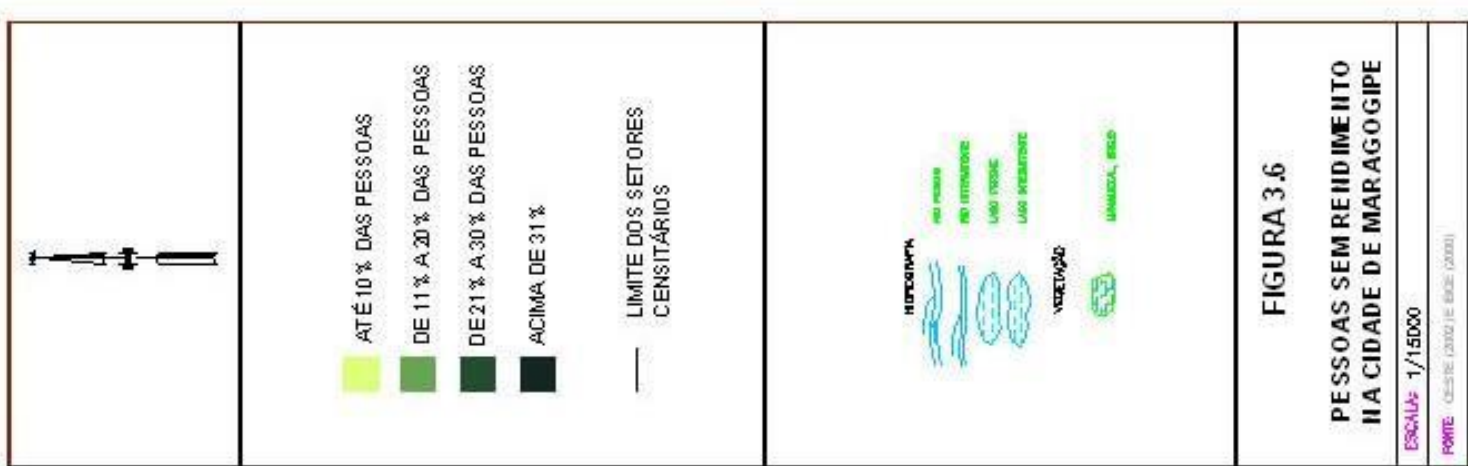


FIGURA 3.6

PESSOAS SEM RELEVO
 NA CIDADE DE MARAGOGIPE

ESCALA: 1/15000

PORTE: COSTE (2007) E BICO (2008)

no centro da cidade, os mesmos (com exceção do setor 9) destacados pelo maior acesso aos serviços e equipamentos.

As informações divididas por setores censitários nos permitiram espacializar o processo de segregação e mapear as áreas em relação à exclusão, que permanecem em evolução e se agravando cada vez mais (ver FIGURA 3.7). Na área central da cidade, que corresponde aos setores 4, 5 e 10, onde se consolidou a cidade desde sua fundação (área cristalizada) há maior oferta de serviços (ver FIGURAS 3.2 a 3.4) e equipamentos (ver FIGURA 3.1). É aqui que residem os mais abastados. Também o setor 14 apresentou índices satisfatórios em todos os aspectos estudados e, embora não se encontre exatamente no centro da cidade, é dotado de infra-estrutura e serviços em geral.

No outro pólo desse processo de segregação estão os setores com as piores condições de habitabilidade. Em Maragogipe, essas áreas se encontram na periferia, ao Norte e a Sudoeste, longe da vida produtiva (no sentido materialista do termo) e dos serviços e equipamentos necessários ao bom desempenho das atividades da vida urbana. Aí se destacam os setores 1, 2, 8 e 13 (segregação imposta) por sua precariedade de acesso serviços e equipamentos e por seu precário nível de vida, comprovado pelos seus baixos rendimentos. (ver QUADRO 3.1).

QUADRO 3.1 – Diferenças entre a área cristalizada e a área de segregação imposta

ÁREA CRISTALIZADA (setores 4, 5, 10 e 14)	SEGREGAÇÃO IMPOSTA (setores 1, 2, 8, e 13)
Há uma concentração dos equipamentos urbanos, que correspondem a 49% em relação ao total	Apenas 17% dos equipamentos da cidade situam-se nessa área
Existe larga oferta do serviço de saneamento com o índice de 98,5% de cobertura nos três setores	A cobertura do serviço de saneamento em geral nessa área é de 53%, com destaque para o serviço de esgotamento sanitário ligado à rede, com o baixo índice de 35%
A média dos rendimentos dos moradores é de R\$ 333,32 e existem apenas 10% dos moradores sem rendimentos	R\$ 166,67 é a renda média dos moradores locais e 23% dos mesmos não possuem rendimentos

Fonte: REBOUÇAS, 2006.

É possível então auferir que em Maragogipe existe segregação habitacional, de modo que foi possível comprovar que existe realmente uma relativa homogeneidade da população nas duas áreas destacadas, tanto em relação ao nível de renda quanto ao acesso às condições mínimas de habitabilidade. Essa segregação identificada é caracterizada como segregação imposta, sobretudo, pela sua incapacidade de pagamento por esses serviços essenciais, aqui representados pelos equipamentos urbanos e o serviço de saneamento. A outra área onde se manifesta a segregação está o que Corrêa chamou de área cristalizada, onde foram mantidas a função e a forma dos objetos presentes no espaço.

De fato, em Maragogipe, ocorre uma segregação imposta, já que não se pode imaginar que aquelas áreas tão desprovidas de equipamentos e de serviços foram escolhidas para a ocupação daquela população. Com o crescimento da cidade, os investimentos em infra-estrutura e serviços foram se concentrando apenas na região central, o que encareceu a moradia naquela região, expulsando os moradores de baixa renda para as periferias próximas do centro, essas sem o ônus imposto por esses melhoramentos. O que se pode auferir, nesse caso, é que a população excluída não dispôs de recursos para permanecer nas áreas melhor servidas e que, mesmo a população de maior renda não teve recursos para migrar para outras áreas nem tampouco isolar-se no processo de auto-segregação. Veja a seguir imagens das áreas cristalizadas (ver FIGURAS 3.8 a 3.11) e das áreas de segregação imposta (ver FIGURAS 3.2 a 3.15).

FIGURA 3.8 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 10, na Praça Conselheiro Antônio Rebouças.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.9 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 4, na Praça da Promessa.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.10 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 5, na Rua São Bartolomeu.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.11 – ÁREA CRISTALIZADA - setor 14, na rua Cel. Antônio Felipe de Melo.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.12 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - setor 1, no bairro das Palmeiras.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.13 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - setor 2, no bairro do Boréu.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.14 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - 8, no bairro da Boiada.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

FIGURA 3.15 – SEGREGAÇÃO IMPOSTA - 13, no bairro do Cruzeiro.



Fonte: REBOUÇAS. 20/01/2006

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

HARVEY, David. (tradução: Flávio Villaça). Temas urbanos e regionais: O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno o ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, nº 6, Jun/set – 1982.

IBGE. **Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

OESTE (Organização, Estradas, Topografia e Engenharia Ltda.). **Cadastro técnico para a cidade de Maragogipe**. Salvador, 2002.

PMM. **Cadastro técnico**.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, ano V, nº 16, 1985.

4. CONCLUSÃO

Durante todo o trabalho foram analisadas duas principais variáveis responsáveis pela produção e segregação do espaço, com a clara intenção de relacioná-las e encontrar entre elas pontos comuns que nos permitisse vinculá-las uma à outra, na tentativa de visualizar o papel fomentador da divisão do trabalho na geração da segregação habitacional. Foi visto que a divisão do espaço na verdade segue o processo de produção econômica, na medida em que esta última, em diferentes escalas no mundo, escolhe para si os lugares e as porções do espaço do seu interesse. E isso vai influir diretamente na forma desse lugar. Isto porque o caráter transformador da divisão territorial do trabalho está diretamente relacionado à produção econômica de um determinado lugar.

A realidade de Maragogipe proporcionou a visualização concreta desse processo. As áreas de interesse do capital, as de melhor localização, foram historicamente melhor infra-estruturadas e servidas, o que atraiu a população de maior poder aquisitivo, ou seja, aquela que pôde pagar por tantos benefícios. Já as áreas de menor conforto entraram no processo como mero instrumento de reprodução da força de trabalho onde são mantidas as condições mínimas para o trabalhador com a finalidade de assegurar a manutenção do processo de produção material.

Dentro desse processo está a segregação habitacional, que nada mais é que reflexo dessa produção. Em Maragogipe, foram identificadas que as áreas de maior acesso aos serviços e equipamentos urbanos são realmente ocupadas pela população com níveis de renda mais elevados. A análise dos mapas de rendimento, de serviços e de equipamentos urbanos ofereceu uma melhor visualização da situação.

Como se vê, existe realmente coincidência entre a divisão territorial do trabalho e a segregação habitacional na medida em que, no final, uma variável prevalece na composição de ambos os processos: a renda. Este é o principal ponto comum entre as duas variáveis estudadas. É a renda que define na realidade quem de fato poderá ocupar que áreas. E considerando que a renda é fator determinante na ocupação, tanto dos indivíduos como das firmas e das instituições, conclui-se que ela é também a principal responsável pelo uso diferenciado do espaço.

Não podemos, no entanto, subjugar as demais variáveis de produção da sociedade, que são inúmeras, entre elas é possível citar o trabalho dos movimentos sociais empenhados na luta pela justa distribuição dos recursos no espaço. Mas o fato é que existe uma relação intrínseca e inegável entre esses dois processos analisados ao longo de todo o trabalho. A segregação habitacional, bem como a divisão territorial do trabalho, são conseqüências diretas do interesse e da necessidade do capital e a não ser que haja uma reestruturação profunda do sistema, assim deverá permanecer.

Com isso não se está afirmando que não há saída para os excluídos e que a segregação é um mal irremediável. Os agora mais intensos processos de luta por justiça social tem conseguido grandes avanços no sentido de amenizar as desigualdades dessa disputa e integrar os espaços segregados ao espaço da cidade como um todo. Mas vale reforçar que este é um processo que talvez só possua uma solução ampliada com uma total reestruturação do sistema.

BIBLIOGRAFIA E FONTES UTILIZADAS

AZAVEDO, Thales. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Censo de 1920**.

FERNANDES, Rosali Braga. **Periferização sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. 1992. 318p. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, 1992.

_____. **Las políticas de la vivienda em la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular em el caso del Cabula**. 2000. 566p. (Mestrado em Desenho Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Bahia, 2000.

FRANÇA, J. L. & VASCONCELLOS, A. C. de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HARVEY, David. (tradução: Flávio Villaça). **Temas urbanos e regionais: O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno o ambiente construído**

nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, nº 6, Jun/set – 1982.

IBGE. **Censo de 1980**.

IBGE. **Censo de 1980**.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Livro I, volumes I e II.

MESQUITA, A. S.; OLIVEIRA, J. M. C. de. A cultura do fumo na Bahia. Salvador, 2006. Consultado em www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc Acesso em: 12 jan. 2006.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

OESTE (Organização, Estradas, Topografia e Engenharia Ltda.). **Cadastro técnico para a cidade de Maragogipe**. Salvador, 2002.

PMM (Prefeitura Municipal de Maragogipe). Controle de tributos municipais. Consultada em 24/01/2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia de transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, S. C. B. de M. et al.. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1989.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Espaço & Debates**, Rio de Janeiro, ano V, nº 16, 1985.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Classificação dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 1996

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatística dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 2001.